



Proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A.

Projeto

Mestrado em controlo de gestão

Rita Martins Ferreira

Leiria, setembro de 2022



Proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A.

Projeto

Mestrado em Controlo de Gestão

Rita Martins Ferreira

Trabalho de Projeto realizado sob a orientação da Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, setembro de 2022

Originalidade e Direitos de Autor

O presente relatório de projeto é original, elaborado unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para o elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionada a autora e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual a mesma foi realizado, a saber, Curso de Mestrado em Controlo de Gestão, no ano letivo 2021/2022, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação destes trabalhos.

Agradecimentos

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado.” - Roberto Shinyashiki

Um trabalho de mestrado é uma longa viagem. Trilhar este caminho só foi possível com o apoio incondicional de algumas pessoas a quem dedico este projeto.

A todos aqueles, que direta ou indiretamente, deram o seu contributo para a realização desta dissertação.

À minha família, por toda compreensão e apoio que me prestaram para poder alcançar os meus desafios profissionais e académicos.

À Professora Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, um especial agradecimento, pelo seu interesse constante e fecundo, colaboração, empenho e, acima de tudo, por sempre ter acreditado em mim.

A todos vós, o meu muito obrigado.

Resumo

A Bicimax é uma pequena e média empresa que se dedica à importação e comércio de produtos ligados ao ciclismo. O presente documento tem como objetivo a obtenção de uma proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A.

Não existindo uma norma específica para este tipo de relato, o relato não financeiro pode afigurar-se de diversas formas e com estruturas variadas. Existem, no entanto, um conjunto de referenciais que ajudam a balizar as matérias a desenvolver e a forma de abordagem.

Para o desenvolvimento do projeto optou-se por seguir de perto a estrutura do modelo de relato não financeiro proposto pela CMVM, recorrendo às normas GRI para a indicação exemplificativa de um conjunto de indicadores que permitem avaliar as políticas implementadas.

O Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, obriga à divulgação de informações não financeiras por partes de certas grandes empresas e grupos. Contudo, abrange apenas uma minoria do tecido empresarial português, deixando a maioria das empresas sem diretrizes sobre como medir e reportar dados.

O presente estudo oferece uma evidência empírica sobre a aplicabilidade da Decreto-Lei nº 89/2017 á realidade de uma PME.

O estudo revela, nomeadamente: i) Na Bicimax, os indicadores económicos são aqueles cuja extensão e materialidade da informação divulgada é superior; ii) Na Bicimax, as preocupações com a sustentabilidade é uma prática emergente; iii) Na Bicimax, a crescente preocupação com a questão de sustentabilidade advém de fatores externos; iv) É possível estender o âmbito do Decreto-Lei nº 89/2017 às PME; v) O relatório não financeiro pode ser incorporado no relatório financeiro; vi) Os referenciais terão que ser adaptados à dimensão da organização.

Palavras-chave: Relato não financeiro; Responsabilidade Social Empresarial; Informação Não Financeira; Sustentabilidade; Normas GRI; Modelo CMVM.

Abstract

Bicimax is a small and medium company engaged in the import and trade of cycling-related products. The primary objective of this document is to obtain a non-financial reporting proposal for Bicimax, S.A.

In the absence of a specific standard for this type of report, non-financial reporting can appear in various forms and with various structures. There are, however, a set of references that help to define the topics to be developed and the approach.

For the development of this project, we chose to closely follow the structure of the non-financial reporting model proposed by CMVM, using the GRI standards for the exemplary indication of a set of indicators that allow the evaluation of implemented policies.

Decree-Law No. 89/2017 of July 28 mandates the disclosure of non-financial information by parts of certain large companies and groups. However, it covers only a minority of Portuguese business companies, leaving most companies without guidelines on how to measure and report data.

This study provides empirical evidence on the applicability of Decree-Law No. 89/2017 to the reality of an SME.

The study reveals, namely: i) At Bicimax, economic indicators are those whose extent and materiality of the information disclosed is higher; ii) At Bicimax, sustainability concerns is an emerging practice; iii) At Bicimax, the growing concern with sustainability issue comes from external factors; iv) It is possible to extend the scope of Decree-Law No. 89/2017 to SMEs; v) Non-financial reporting could be incorporated into financial reporting; vi) Benchmarks will have to be adapted to the size of the organization.

Keywords: Non-financial Reporting; Corporate Social Responsibility; Non-financial Information; Sustainability; GRI Standards; CMVM Model.

Índice

Originalidade e Direitos de Autor	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Figuras	x
Lista de Gráficos.....	x
Lista de Quadros.....	x
Lista de siglas e acrónimos.....	xi
1. Introdução	1
2. Parte I – Revisão da literatura	4
2.1. Desenvolvimento sustentável	4
2.2. Responsabilidade social empresarial	5
2.3. A informação não financeira	9
2.3.1. Novas necessidades de informação	9
2.3.2. Diretiva Europeia 2014/95/EU	10
2.3.3. Modelo de relatório de informação não financeira.....	12
2.3.4. No caminho para o relato integrado	15
3. Parte II – Estudo empírico.....	16
3.1. Apresentação da empresa	16
3.2. Proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A.....	19
3.2.1. Introdução	19
3.2.2. A Bicimax, S.A.	20
3.2.2.1. Quem somos	20
3.2.2.2. Certificações	22
3.2.2.3. Missão, Visão e Valores	23
3.2.2.4. Governo societário.....	23
3.2.2.5. Estrutura organizacional	25
3.2.2.6. Abordagem estratégica	26
3.2.3. Gestão do risco.....	27

3.2.4. Vetores da sustentabilidade: Políticas implementadas	30
3.2.4.1. Pilar Económico	30
3.2.4.2. Pilar Ambiental.....	36
3.2.4.3. Pilar Social.....	44
Conclusão	51
Limitações e Linhas de Investigação Futura.....	53
Bibliografia.....	54
Webgrafia	59
Leituras adicionais.....	60
Anexos.....	61

Lista de Figuras

Figura 1 The triple bottom line.....	4
Figura 2 Áreas temáticas da Agenda 2030	5
Figura 3 Síntese das principais alterações à Diretiva 2014/95/UE propostas	12
Figura 4 Visão Geral das Normas GRI.....	13

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Evolução da atividade vs nº trabalhadores no período 2018-2021	17
Gráfico 2 Repartição do Volume de Negócios 2021	18
Gráfico 3 Vendas e Serviços Prestados por mercado 2021	19

Lista de Quadros

Quadro 1 Lista de algumas definições de RSE.....	8
--	---

Lista de siglas e acrónimos

APEE	Associação Portuguesa de Ética Empresarial
APPDI	Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão
BCSD	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
CE	Comissão Europeia
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
DS	Desenvolvimento Sustentável
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PME	Pequena e Média Empresa
PSI 20	Portuguese Stock Index 20
PWC	PricewaterhouseCoopers
RI	Relato Integrado
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
UE	União Europeia
UNWCED	<i>United Nations World Commission on Environment and Development</i>

1. Introdução

Uma das principais problemáticas que se coloca no contexto moderno do desenvolvimento das sociedades são as questões relacionadas com o meio ambiente. Esta preocupação pela conservação do meio ambiente estende-se da população em geral até às empresas e instituições (Cabaço et al., 2017) e considera-se uma preocupação global.

A publicação do Relatório Brundtland em 1987, e a posterior cimeira do Rio de Janeiro, patroneada pelas Nações Unidas, definitivamente contribuíram para a promoção de uma consciência compartilhada da carência de responder “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (UNWCED, 1987).

O conceito de responsabilidade social empresarial (RSE), tal como mencionado por Votaw (1972), é bastante amplo. Para alguns restringe-se a uma obrigação legal; para outros, significa um comportamento socialmente responsável, no sentido ético; ainda para outros, é sinónimo de ser responsável por algo.

Apesar da multiplicidade de interpretações de modo algum se esgota as possibilidades. Este termo tem sido alvo de muita atenção ao longo dos últimos tempos.

São vários os fatores que podem impelir uma organização a adotar medidas e princípios de sustentabilidade. Muito embora tradicionalmente se relacione a RSE com algum tipo de comprometimento social e ambiental relativamente aos impactos que a sua atividade gera e gerará, não é razão única para as empresas voltarem as suas atenções para o meio ambiente. Se procurarem dar resposta às crescentes expectativas e necessidades dos *stakeholders*, podem ser competitivas e melhorar o seu desempenho económico, por meio da melhoria da imagem e reputação (ISO, 2010; Correa-Ruiz et al., 2011; Iannou & Serafeim, 2012; Venturelli, 2017). Pode dizer-se mesmo que a sustentabilidade é uma variável estratégica de desenvolvimento de negócio.

Esta visão veio alterar as necessidades de reporte das organizações. Assistimos nos últimos anos a uma proliferação de referenciais disponíveis para reporte não financeiro. Não sendo obrigatório o uso de qualquer referencial em concreto, é boa prática o uso de referenciais

reconhecidos internacionalmente para a redação do relato. De entre os vários modelos de relato existentes, estudos evidenciam que o referencial mais utilizado é o GRI, o que mostra que esta é a norma de referência (PwC, 2018; KPMG, 2020).

Este reporte sobre o impacto das atividades das empresas vem complementar a divulgação da informação financeira, pelo que a demonstração não financeira poderá ser incluída no relatório de gestão ou ser apresentada num relatório autónomo (Decreto-Lei nº 89/2017).

Em Portugal, foi transposta a Diretiva nº 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho por via da publicação do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. Este Decreto-Lei obrigada à divulgação de informações não financeiras por parte de certas grandes empresas e grupos, definindo ainda um conjunto de informação não financeira mínima de abordagem obrigatória nos seus relatórios anuais.

O tecido empresarial português é fundamentalmente constituído por micro e PME. Segundo dados do Banco de Portugal, em 2020, existiam 1 316 256 empresas¹, das quais 99,9% eram PME². Estas PME são ainda compostas em 96% por microempresas.

Deste modo, a regulamentação abrange apenas uma minoria do tecido empresarial português, deixando a maioria das empresas sem diretrizes sobre como medir e reportar dados não financeiros.

Embora o âmbito de divulgação do Decreto-Lei exclua as pequenas e médias empresas (PME), esta imposição vai exigir das PME a implementação de práticas consistentes com as exigências e expectativas das suas cadeias de valor.

Atendendo ao panorama acima identificado, este projeto pretende atingir os seguintes objetivos:

Q1 - Proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A;

Q2 - Analisar se a profundidade e extensão da informação divulgada diverge em função da dimensão da empresa;

Q3 - Compreender a aplicabilidade deste relato a uma PME.

¹ In <https://www.pordata.pt/Portugal/Empresas+total-2854>, acessido a 25 de agosto de 2022.

² In <https://www.pordata.pt/Portugal/Pequenas+e+m%C3%A9dias+empresas+em+percentagem+do+total+de+empresas+total+e+por+dimens%C3%A3o-2859>, acessido a 25 de agosto de 2022.

O presente documento está estruturado em duas grandes partes: A primeira parte apresenta a revisão de literatura, a qual introduz os temas relevantes para o estudo: Desenvolvimento sustentável, Responsabilidade Social Empresarial e Informação não financeira. Na segunda parte, inicialmente, é feita uma apresentação genérica da Bicimax que permita compreender a dimensão da empresa, seguindo-se a proposta de relato não financeiro para a mesma.

2. Parte I – Revisão da literatura

2.1. Desenvolvimento sustentável

O termo «Desenvolvimento Sustentável» (doravante DS) generalizou-se em 1987, aquando da publicação do relatório “*Our Common Future*” pela *United Nations World Commission on Environment and Development* (UNWCED), também conhecido como Relatório Brundtland, no qual apresenta o DS como um modelo de desenvolvimento que “responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (UNWCED, 1987).

O DS é alcançado através da interligação do crescimento económico, inclusão social e proteção ambiental (Herrmann, 2004). O DS pressupõe assim uma visão integradora, a denominada “*The triple bottom line approach*”³ (Bernardi et al., 2017). O eixo ambiental refere-se á conservação e gestão dos recursos naturais, a área social reflete o tratamento do capital humano e o eixo económico representa a criação de riqueza (Dias, 2017).

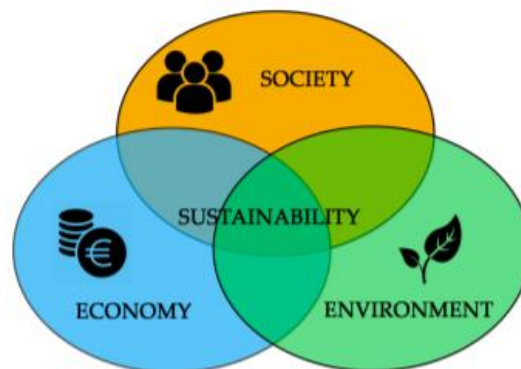


Figura 1 The triple bottom line

Fonte: Bernardi et al. (2017, p.2)

A tensão entre crescimento e desenvolvimento estão no cerne do DS. Nas palavras de Herrmann (2004), pode ser entendida a dicotomia entre as contribuições positivas que as organizações multinacionais fazem para o crescimento económico dos países em desenvolvimento e os conflitos de interesse provocados pela sua presença nesses países. É

³ O conceito de *Triple Bottom Line* foi desenvolvido por John Elkington em 1997 (Elkington, 1997).

necessário que haja um equilíbrio e harmonização entre os três pilares do *triple bottom line* (Gimenez, Sierra, & Rodon, 2012).

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido um agente ativo no desenvolvimento de ações com o intuito de promover e disseminar a cultura da responsabilidade social no contexto empresarial, sendo, de acordo com Bebbington & Unerman, (2018), citado por Matos (2021), as mais reconhecidas o *Global Compact* e a Agenda 2030 – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.



Figura 2 Áreas temáticas da Agenda 2030

Fonte: Cabaço et al., (2017, p.11)

Deste conceito podemos partir para o de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

2.2. Responsabilidade social empresarial

O conceito de responsabilidade social está intimamente ligado ao de sustentabilidade. Como sugerem Ramos & Abrantes (2008), os conceitos de RSE e DS são conceitos que muitas vezes se confundem. Embora tenham emergido de pontos de partida distintos: a RSE foca-se nas questões ligadas à atuação das empresas face às partes envolvidas, enquanto o DS trata das questões económicas, ambientais e sociais, ambos chegam a uma mesma conclusão: uma empresa socialmente responsável indubitavelmente tem de se reger pelos princípios do DS.

The social business responsibility is the business contribution to the efforts for sustainable development. (Danciu, 2013, p.8)

As interpretações de RSE variam entre uma perspectiva de interpretação mais abrangente ou mais restritiva do conceito, que tem evoluído ao longo dos tempos, incorporando novas dimensões.

Foi no início do século XX que, de acordo com Carroll (1999), surgiram as primeiras manifestações literárias ao conceito de RS: Barnard (1938), Clark (1939) e Krep (1940). As definições mais modernas remontam à segunda metade do século passado, essencialmente nos anos 50 nos Estados Unidos da América (Carroll, 1999). Em 1953, Howard R. Bowen's publicou aquele que é considerado por muitos autores como o primeiro livro sobre a temática da RSE: *Social Responsibility of the Businessman*, passando assim a ser considerado um dos precursores deste conceito (Carroll, 1979b; Parra, 2006).

A publicação de Bowen (1953) veio colocar em debate até que ponto o poder e influência das grandes empresas pode impactar a sociedade. Assim, a noção de RS por este defendida assenta na premissa de que uma postura responsável das organizações surge como reação às exigências sociais. Nesta ótica, a responsabilidade de uma organização não se cinge às obrigações económicas e legais, devendo também que ter em conta o bem-estar social de outros grupos sociais (Carroll, 1979b; Parra, 2006).

Em 1962, numa perspectiva clássica do conceito, Milton Friedman refere que a responsabilidade das empresas se esgota no objetivo único de maximização do lucro para os detentores de capital. Ideia esta que volta a reforçar mais tarde, em 1970 (Parra, 2006).

Nas palavras de Votaw (1972, p.25), “A responsabilidade social das empresas significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todas as pessoas. Para algumas, ela representa a ideia da responsabilidade ou das obrigações legais. Para outras, significa um comportamento socialmente responsável, em sentido ético. Ainda para outras, o significado é o de ser ‘responsável por algo’, no sentido casual. Muitas pessoas simplesmente equacionam a matéria com as contribuições quantitativas. Algumas tomam-na pelo lado da consciência social. (...)”

What has happened recently is that successful performance of the economic role has ceased to be the only kind of socially responsible behavior which society requires from the private sector in discharge of its obligations. (Votaw, 1972, p.27)

Atualmente a RSE, tal como é contextualizada pela Comissão Europeia (CE) no seu Livro Verde (2001), implica a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”⁴. É também definida, num sentido mais vasto, como “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”⁵.

No mesmo sentido, a Norma ISO 26000, define RSE como sendo a postura assumida por uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético que:

- Contribua para o desenvolvimento sustentável;
- Leve em consideração as expectativas das diferentes partes interessadas;
- Esteja em conformidade com a legislação e normas internacionais aplicáveis; e
- Esteja integrada em toda a organização, sendo prática no contexto das suas relações correntes (como citado em Fonseca, 2008, p.21).

Apesar da falta de uma definição universalmente aceite e unificada sobre a RSE, é possível verificar que este é um conceito que tem evoluído ao longo dos tempos e que os elementos embutidos nos vários conceitos se complementam, conforme quadro 1.

O quadro 1 compila diferentes definições de RSE mencionadas por vários autores.

Sethi, 1975	<i>"... CSR as adapting the behaviours of corporations to the needs of the society in which it was immersed"</i> (Como citado em Freeman & Hasnaoui, 2011, p.422)
Davis & Blomstrom, 1975	<i>"...the managerial obligation to take action to protect and improve both the welfare of society as a whole and the interest of organizations"</i> (Como citado em Sen & Bharttcharya, 2001, p.226)

⁴ U. Europeia, COM 366 (2001), parágrafo 20

⁵ U. Europeia, COM 366 (2001), parágrafo 8

Carroll, 1979a	<i>"For a definition of social responsibility to fully address the entire range of obligations business has to society, it must embody the economic, legal, ethical, and discretionary categories of business performance" (p. 499)</i>
Jones, 1980	<i>"CSR is defined as the notion that corporations have na obligation to constituent groups in society other than stockholders and beyond that prescribed by law or union contract, indicating that a stake may go beyond mere ownership" (Como citado em Dahlsrud, 2008, p.8)</i>
McGee, 1998	<i>"... a comprehensive "proactive social responsiveness view" that articulates a company's long-term role in a dynamic social system" (Como citado em Sen & Bharttcharya, 2001, p. 226)</i>
WBCSD, 2000	<i>"Corporate social responsibility is the continuing commitment by business to behave ethically and contribute to economic development while improving the quality of life of the workforce and their families as well as the local community and society at large" (Como citado em Dahlsrud, 2008, p.7)</i>
Piacentini et al., 2000	<i>"CSR is the voluntary assumption by companies of responsibilities beyond purely economic and legal responsibilities" (Como citado em Dahlsrud, 2008, p.10)</i>
Pinney, 2001	<i>"Corporate social responsibility or corporate citizenship can most simply be defined as a set of management practices that ensure the company minimizes the negative impacts of its operations on society while maximizing its positive impacts" (Como citado em Dahlsrud, 2008, p.9)</i>
Bronn & Vrioni, 2001	<i>"... ser socialmente responsável significa, fundamentalmente, valorizar o raciocínio de que os negócios se desenvolvem de forma melhor em uma sociedade estável do que em uma problemática."(Como citado em Higuchi & Vieira, 2012, p.32)</i>
Van Marrewijk, 2003	<i>"In general, corporate sustainability and CSR refer to company activities - voluntary by definition - demonstrating the inclusion of social and environmental concerns in business operations and in interactions with stakeholders" (Como citado em Dahlsrud, 2008, p.11)</i>

Quadro 1 Lista de algumas definições de RSE

Fonte: Elaboração própria

Vários são os fatores que podem motivar as empresas a serem socialmente responsáveis, fatores, por exemplo, que envolvam a atração de investidores, consumidores e colaboradores, a conquista de relações positivas com a envolvente comunitária, legitimidade de imagem e reputação (ISO, 2010; Correa-Ruiz et al., 2011). Assim, pode-se sintetizar as motivações para a Responsabilidade Social em: Convicção, Interesse e Necessidade (Fonseca, 2008).

Alguns estudos argumentam haver uma relação direta entre o desempenho económico e os comportamentos socialmente responsáveis das empresas (Iannou & Serafeim, 2012; Venturelli, 2017).

Existe um conjunto de organismos de referência cujo objetivo é o de atuar na promoção de novas filosofias de gestão no Setor empresarial assente em ideais que emergem da RS e do DS, como seja o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal), CSREurope, Nações Unidas, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Rede RSO PT e CE⁶.

2.3.A informação não financeira

2.3.1. Novas necessidades de informação

O traçar de um rumo sustentável implica uma visão comum de reconhecimento dos impactos ambientais, económicos e sociais, obrigando empresas, governos, sociedade civil e outras entidades a atuar por forma a salvaguardar todas estas questões (Cabaço et al., 2017).

Neste sentido, a sustentabilidade tem sido implementada na estratégia empresarial, representando uma abordagem necessária que nos faz acreditar a visão de «obtenção de lucro a todo o custo» se encontra ultrapassada (Duarte, 2021).

A corrida em direção à responsabilidade social empresarial tem vindo a ser incentivada por pressões de diversas naturezas (Chester & Woofter, 2005).

⁶ In <https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/responsabilidade-social-das-empresas.aspx> acedido em 25 de ago. 2021.

De acordo com Waddock (2003) citado por Siew (2015), a crescente narrativa da sustentabilidade e consciencialização da sociedade sobre questões ambientais e sociais impele o contágio das preocupações ao contexto empresarial, bem como a divulgarem aos diferentes *stakeholders* a sua performance, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Esta visão alterou as necessidades de reporte e transparência das organizações (Chester & Woofter, 2005). Desta necessidade surgiram os relatórios de sustentabilidade (Chersan, 2017; OCC, 2022), que podem ser considerados sinónimo de outros termos como sejam, relatórios de RSE, relatórios de cidadania corporativa, e relatórios sobre ambiente, saúde e segurança (Chester & Woofter, 2005).

2.3.2. Diretiva Europeia 2014/95/EU

No contexto Europeu, a Diretiva Europeia 2014/95/UE (“Diretiva INF”) veio alterar a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas⁷ e grupos.

Venturelli, et al. (2017) reiteram que esta regulamentação melhora a qualidade da divulgação de informações por parte das grandes empresas italianas, que até ao momento se encontrava em níveis insatisfatórios.

Em Portugal, o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, veio transportar para o direito nacional a diretiva anteriormente referida e altera o Código das Sociedades Comerciais⁸ e o Código dos Valores Mobiliários⁹.

Assim, a partir de 1 de janeiro de 2017, em Portugal, “As grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que tenham o estatuto legal de entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores, devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira, incluída no relatório de gestão ou apresentada num relatório separado, elaborada pelos seus órgãos de administração, contendo as informações não financeiras bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do

⁷ Empresas com 250 ou mais colaboradores e cujo volume de negócios seja superior a 50 milhões de euros ou balanço total anual superior a 43 milhões de euros (Artigo 2º, ao contrário, do Decreto-Lei nº 372/2007)

⁸ Decreto-Lei nº 262/86

⁹ Decreto-Lei nº 486/99

impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação.”

Os requisitos de divulgação de INF não se aplicam a pequenas e médias empresas, por se considerar que o custo que tal implicaria iria ser superior ao benefício obtido (Comissão Europeia, 2017)

O âmbito da Diretiva INF verificou-se ser limitado. De acordo com CMVM (2020), foram detetados e apontados pelos utilizadores da INF algumas fragilidades, nomeadamente:

- Falta de comparabilidade e fiabilidade;
- Dificuldade em localizar a informação pretendida, ainda que reportada; e
- Incompletude e relevância.

As empresas não divulgam todas as informações não financeiras que os utilizadores consideram necessárias, e muitas empresas divulgam informações que os utilizadores consideram pouco relevantes. (CMVM, 2020, p.3)

Está em marcha uma revisão desta diretiva, que visa tornar o relato da informação não financeira mais consistente, comparável e fiável. A CE publicou uma proposta de Diretiva (ver Figura 3.) sobre o reporte não financeiro, que estabelece a expansão do âmbito de aplicação da diretiva a um número significativamente maior de empresas, a obrigatoriedade de apresentação de informação de sustentabilidade como parte integrante do relatório de gestão e a divulgação desta informação de acordo com um referencial de normalização. Introduce ainda o princípio da dupla materialidade (OCC, OROC & CNC, 2021).

	DIRETIVA 2014/95/EU	CSDR
ENTRADA EM VIGOR	FY 2018	FY 2023 <ul style="list-style-type: none"> Transposição da Diretiva para a Lei dos Estados-Membros até 1 de dezembro de 2022 Publicação da primeira série de Sustainability Reporting Standards em FY 2023 (primeiro draft disponível em 2022) Publicação da segunda série de Sustainability Reporting Standards em FY 2024
EXPANSÃO DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO	Grandes empresas de interesse público com mais de 500 trabalhadores <ul style="list-style-type: none"> Empresas cotadas Entidades financeiras como bancos e seguradoras 	Grandes empresas que cumpram pelo menos 2 dos seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> Ter mais de 250 trabalhadores e/ou Ter um volume de negócios superior a 40 €M Ter um valor de ativos totais superior a 20€M As pequenas e médias empresas terão 3 anos adicionais para cumprir, (início de reporte previsto para FY 2026)
QUANTIDADE DE EMPRESAS ABRANGIDAS	11.600	49.000 Incluindo subsidiárias não europeias e mais de 75% do volume de negócios das empresas na UE
REQUISITOS DE REPORTE	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ambiental Responsabilidade social e tratamento dos empregados Respeito dos direitos humanos Anticorrupção e suborno Diversidade do executivo (idade, género, formação e experiência profissional) 	Requisitos adicionais: <ul style="list-style-type: none"> Conceito de 'double materiality' Processo para a seleção de tópicos materiais para os stakeholders Objetivos e progressão esperada Informação relacionada com tópicos intangíveis (capital social, humano e intelectual) Reportar de acordo com a Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) e com a Taxonomia
VERIFICAÇÃO POR TERCEIRA PARTE	Não obrigatória (contudo em alguns países é requisito legal e auditoria)	Obrigatório (nível limitado de garantia de fiabilidade)
ONDE REPORTAR	Relatório Anual	Relatório de Gestão
FORMATO DO CONTEÚDO	Disponibilizado online ou em formato PDF	Para ser submetido em formato eletrónico (XHTML de acordo com a regulação ESEF)

Figura 3 Síntese das principais alterações à Diretiva 2014/95/UE propostas

Fonte: <https://eco.sapo.pt/2021/05/24/proximos-passos-no-reporting-de-sustentabilidade-na-ue/>

2.3.3. Modelo de relatório de informação não financeira

Esta mudança tem vindo a ser dinamizada nos últimos anos pelos mercados, reguladores, empresas e outros *stakeholders* e, de facto, já existe uma proliferação de iniciativas claras de *reporting* na área da sustentabilidade para responder a estes desafios, incluindo alguns referenciais de relato não financeiro, como são exemplo as *GRI Standards* da *Global Reporting Initiative* (GRI), as *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) *guidelines*, o modelo de relatório de INF da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) ou a abordagem de relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), entre outros.

A GRI, criada em 1997 como resultado de uma iniciativa conjunta entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Adams et al., 2022), revolucionou a divulgação de INF, tornando-a numa atividade sistemática ao incorporar aspetos relacionados com a sustentabilidade, como riscos e oportunidades, corrupção, *corporate governance* e fraude (Patten & Zhao, 2014).

GRI is the independent, international organization that helps businesses and other organizations take responsibility for their impacts, by providing them with the global common language to communicate those impacts. (GRI, 2022a)

A primeira versão das diretrizes GRI para relatórios de sustentabilidade foi lançada no ano de 2000 e seguiram-se quatro gerações¹⁰ de linhas orientadoras para o relato de sustentabilidade (Dev & Singhal, 2016).

Em 2016, as diretrizes que compõem o G4 foram reestruturadas num conjunto de normas individuais inter-relacionadas, as *GRI standards* (Monteiro et al., 2017). O atual formato é constituído por 3 normas universais e por 34 normas específicas, permitindo distinguir os requisitos, as recomendações e as orientações (GRI, 2022b) (cf. Anexo 1).

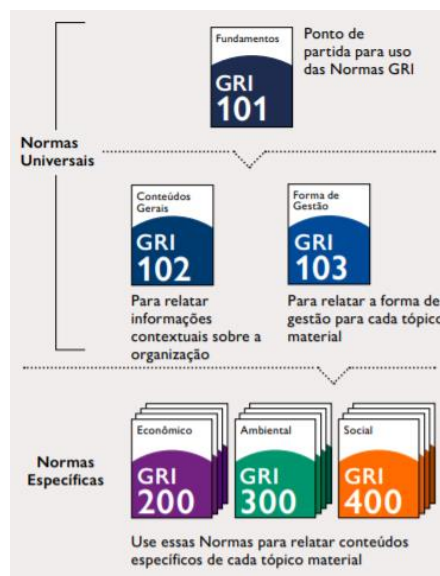


Figura 4 Visão Geral das Normas GRI

Fonte: GRI (2016, p.3)

As mais recentes atualizações incluem 40 suplementos setoriais (2019), a norma alusiva aos tributos (2019) e a norma relacionada com resíduos (2020IR , 2022c, 2022d).

Existem evidências na literatura que comprovam que o uso das orientações emitidas pela GRI para a elaboração dos relatórios não financeiros constitui um fator de incremento da qualidade e quantidade da informação (Dias & Siqueira, 2006; Chester & Woofter, 2005, p.19), do desempenho económico (Chester & Woofter, 2005, p.19), promove a adoção de normas e práticas mais sustentáveis por parte das organizações (Vigneau et al., 2014) e é considerado o melhor padrão de reporte (Marimon et al., 2012).

¹⁰ A primeira atualização das diretrizes (G2) foi lançada em 2002. Seguiu-se a G3 das diretrizes, publicada em 2006, e a G4 em 2013.

Como tal, as orientações GRI são o padrão de relatórios de sustentabilidade mais amplamente utilizado no mundo (Marimon et al., 2012; Sampong et al., 2018). O estudo desenvolvido pela *PricewaterhouseCoopers* (PwC) (2018), efetuado com base num conjunto de 30 empresas nacionais, que incluem empresas cotadas no índice PSI20 e grandes empresas de vários setores de atividade, evidencia que 75% das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade ou integrados recorrem ao referencial de relato da GRI.

Também Klynveld Peat Marwick Goerdeler (KPMG) (2020), refere que os relatórios de sustentabilidade são comumente baseados na estrutura definida pelo GRI, com cerca de dois terços da amostra de N100¹¹ empresas e três quartos de G250 a utilizar este referencial, o que vem confirmar que esta é, de facto, a norma de referência.

Mais recentemente, numa iniciativa que visa a promoção da comparabilidade e qualidade da informação, assim como uma maior transparência nos mercados, a CMVM disponibilizou uma proposta de modelo de relato não financeiro (CMVM, 2021). Segundo a CMVM (2021), este referencial está estruturado em duas partes, “uma parte destinada a satisfazer exigências informativas e uma outra reservada para o relato do modo como o emitente se posiciona perante orientações ou recomendações”. Propõe-se que as empresas reportem, voluntariamente, elementos como os fatores de risco, políticas implementadas (ambientais, sociais e fiscais), incluindo a indicação exemplificativa de um conjunto sucinto de indicadores para cada tema com os elementos mínimos a divulgar (Abreu, 2021).

Conforme previsto na Diretiva INF, a CE divulgou, em junho de 2017, um conjunto de orientações não vinculativas sobre a metodologia de relato das informações não financeiras¹², incluindo indicadores-chave de desempenho não financeiro.

Como alternativa, o IIRC apresentou um projeto piloto de proposta de Relato Integrado (RI) numa abordagem de criação de valor como apresentado em “*Integrated Thinking & Strategy: State of Play report*” (Integrated Reporting, 2020). A principal característica diferencial do RI comparativamente aos demais relatórios comumente conhecidos é que resulta da conjugação entre o relatório financeiro e o relatório não financeiro (Alves et al., 2017).

¹¹ De acordo com a KPMG, N100 refere-se a uma amostra mundial de 5200 empresas, sendo esta amostra composta pelo top 100 de empresas em termos de receita em cada um dos 52 países do estudo. O G250 refere-se às 250 maiores empresas do mundo por receita com base no *ranking fortune 500*.

¹² [https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=C\(2017\)4234&lang=pt](https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=C(2017)4234&lang=pt)

2.3.4. No caminho para o relato integrado

Segundo a definição IIRC (2011), um relatório integrado é um documento conciso sobre com a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor a curto, médio e longo prazo.

Reis & Morais (2021) analisaram a manifestação de aspetos isomórficos no RI divulgado pelas empresas brasileiras e europeias que aderiram à proposta do IIRC. A amostra é composta por 5 organizações brasileiras e 10 europeias. Os autores referem que, de modo geral, a difusão e adoção do RI, especialmente no âmbito do projeto do IIRC, se relaciona mais com a busca por legitimidade de imagem e reputação diante de investidores e da sociedade em geral, do que propriamente com relação à melhoria da qualidade das informações prestadas e o real interesse pelo desenvolvimento de práticas que atendam à sustentabilidade.

Das empresas que fazem este tipo de divulgação, a maioria fá-lo num relatório autónomo. No entanto, a ideia é que seja feito um relato integrado, em que no mesmo relatório tenhamos uma visão global e abrangente que permita utilidade na leitura das demonstrações financeiras da empresa como um todo.
(OCC, OROC & CNC, 2021)

As grandes empresas podem partir dos seus relatórios financeiros e não financeiros para elaborar relatórios integrados. As PME, por sua vez, devem preparar informação não financeira para divulgar às partes interessadas (APEE, n.d.).

3. Parte II – Estudo empírico

Este projeto pretende apresentar uma proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax. Esta proposta tem como base um conjunto de documentos e orientações publicados por diversos organismos. Para a sua elaboração foi seguido de perto o modelo de relato não financeiro publicado pela CMVM em Fevereiro de 2021 (<https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/ConsultasPublicas/CMVM/Documents/Modelo%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20N%C3%A3o%20Financeira.pdf>). Para a escolha dos indicadores, foram tidas em conta as normas GRI (<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>) na sua versão portuguesa. A proposta de indicadores cobre as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável (*triple bottom line*): ambiental, social e económico. O GRI apresenta um conjunto muito vasto de indicadores, nesta proposta foram apresentados aqueles que se consideram mais pertinentes face à sua relevância e materialidade para a empresa em causa.

Para a elaboração desta proposta de relato não financeiro foram consultados diversos documentos da Bicimax, nomeadamente os relatórios e contas, *newsletters*, manual de acolhimento, site institucional da entidade e outros documentos internos, tais como modelo da qualidade, plataforma staff, declarações fiscais.

3.1. Apresentação da empresa

Apresenta-se uma breve caracterização da empresa em estudo tendo por base a informação do relatório e contas, *newsletters*, manual de acolhimento e site institucional da entidade.

A empresa, sediada na cidade portuguesa da Marinha Grande, distrito de Leiria, apresenta-se sob a designação social de Bicimax, S.A. Foi fundada em 1994 e constituída inicialmente como uma sociedade por quotas, sendo que há cerca de oito anos se transformou em sociedade do tipo anónima.

Enquadrada no setor terciário, com o CAE 46493 afirma-se como importadora, exportadora e distribuidora de produtos ligados ao ciclismo, tais como bicicletas, roupa, calçado e acessórios. Relativamente aos produtos comercializados, executa ainda os processos de garantia. Além do comércio de mercadorias, presta também serviços de personalização e

manutenção de suspensões e amortecedores. Estes serviços são exclusivos para as marcas Fox e Lefty: Os denominados “Fox Service Center” e “Lefty Service Center”.

Atualmente, a Bicimax é o representante oficial das marcas Fox, Udog, Santa Cruz, Kenda, Marzocchi, Cervélo, Easton, Northwave, Race Face, Star Blubike e Taya na Península Ibérica. Já no final de 2021 iniciou o processo de desenvolvimento da marca própria Ridemax que entrará no mercado em 2022.

Tem vindo a ser considerada PME Líder desde 2017 e foi-lhe atribuído o Estatuto PME Excelência 2019¹³.

Esta organização caracteriza-se por ser uma média empresa¹⁴ e, à data de referência deste projeto, conta com 35 colaboradores. Segundo o Relatório de Gestão de 2021 da empresa em questão, no ano de 2021, esta apresentou um volume de negócios de 8.927.591,7€.

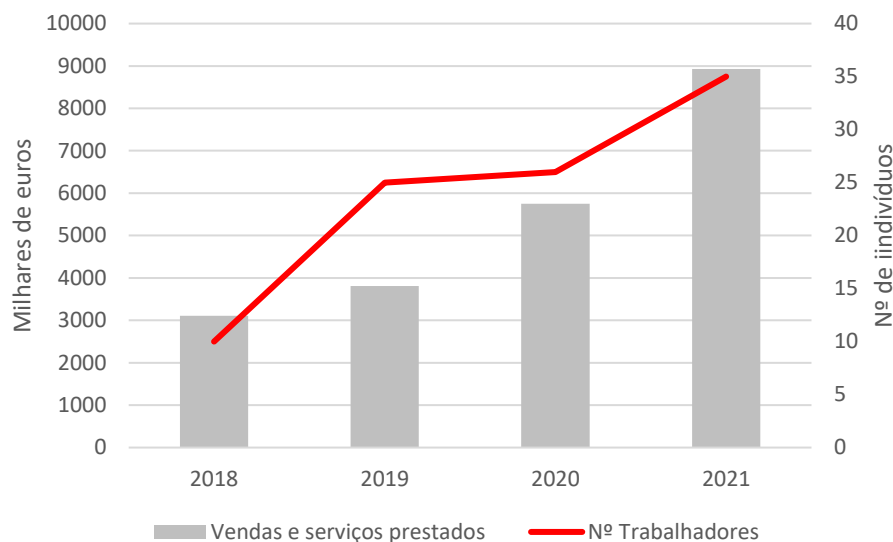


Gráfico 1 Evolução da atividade vs nº trabalhadores no período 2018-2021

Fonte: Adaptado de Relatório e contas 2021 – Bicimax, S.A.

Face ao gráfico acima representado podemos observar que a organização tem vindo a crescer nos últimos anos. Este crescimento observa-se no seu aumento do volume de negócios, que consequentemente foi acompanhado com o aumento do número de trabalhadores.

¹³ O estatuto PME Líder e PME Excelência é um selo de reputação criado pelo IAPMEI, em parceria com os principais bancos, que tem como objetivo distinguir o mérito das PME nacionais tendo por base as melhores notações de *rating* e indicadores económico-financeiros.

¹⁴ Empresas com menos de 250 colaboradores e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou balanço total anual não excede 43 milhões de euros (Artigo 2º do Decreto-Lei nº 372/2007)

O crescimento do volume de negócios é explicado fundamentalmente por fatores externos á entidade. Em termos gerais a população encontra-se cada vez mais sensibilizada para a necessidade da prática de exercício físico.

O volume de negócios, que inclui vendas e serviços prestados, superou em 55% o montante do ano anterior. Desagregando, o bom desempenho advém maioritariamente do comércio de mercadorias, com um peso de cerca de 94% no total da faturação.

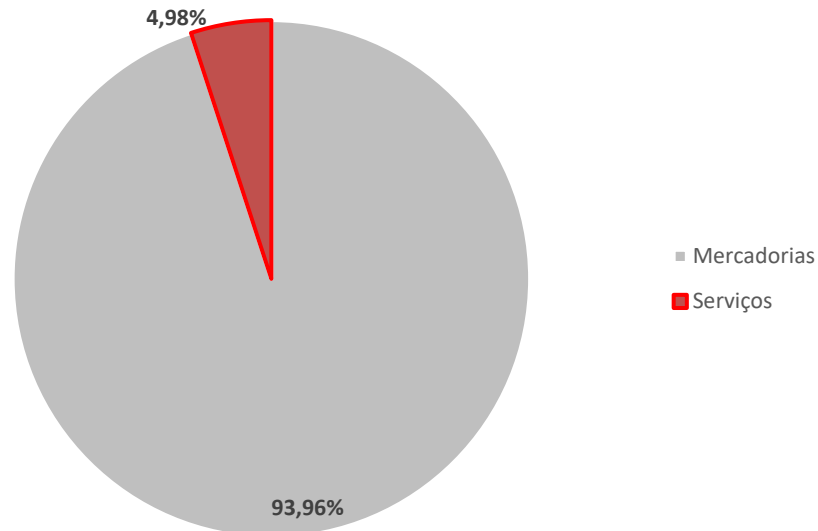


Gráfico 2 Repartição do Volume de Negócios 2021

Fonte: Elaboração própria

Não obstante, importa atender que a análise supra está feita numa base monetária. Por conseguinte, a representatividade da prestação de serviços (5%) no volume de negócios cria uma falsa visão da realidade. Efetivamente estes 5% correspondem a uma faturação de 449.030,00€, que por sua vez respeitam a 5221 serviços prestados.

A organização atua no modelo de negócio B2B¹⁵. O bolo principal da faturação é sem dúvida para Portugal e Espanha, no entanto, esporadicamente comercializa para outros mercados, como Holanda, Itália, França e Luxemburgo.

¹⁵ Business to business (B2B) é um modelo de negócio em que o cliente final é um sujeito passivo.

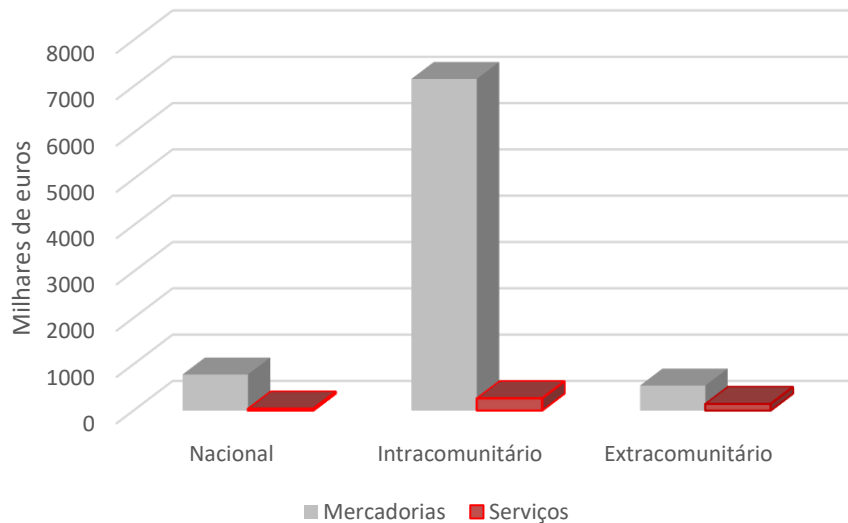


Gráfico 3 Vendas e Serviços Prestados por mercado 2021

Fonte: Elaboração própria, com base em Declarações Recapitulativas 2021

Hoje as instalações são constituídas por 3 edifícios com uma área total de cerca de 1500 m², divididos entre escritórios, sala de reuniões, cozinha, oficina e armazém.

3.2. Proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A.

3.2.1. Introdução

Pela primeira vez, a Bicimax, S.A. publica um Relatório de Sustentabilidade. Uma iniciativa que pretende partilhar com todos os *stakeholders* de forma transparente o desempenho da empresa no ano, nas diferentes dimensões da sustentabilidade, assim como os projetos e as oportunidades exploradas, as dificuldades e os desafios vividos, com foco nos temas materiais.

A informação de sustentabilidade que neste relatório se apresenta segue as normas constantes da *Global Reporting Initiative* em paralelo com o quadro regulatório da CMVM.

Este documento abrange o ano civil de 2021 e está estruturado em três blocos distintos:

Apresentação e desempenho

Reporta o modelo de negócio da organização. Inclui abordagens de gestão e principais acontecimentos de 2021.

Principais fatores de risco

Indicação dos principais riscos e oportunidades inerentes ao modelo de negócio.

Indicadores

Com foco na dimensão da sustentabilidade, inclui indicadores desagregados segundo as políticas implementadas e com histórico de três anos.

3.2.2. A Bicimax, S.A.

3.2.2.1. Quem somos



A Bicimax, com origem em 1994, apresenta um dos percursos mais sólidos do setor. Ao longo de mais de 25 anos de história, tem vindo a crescer e a reinventar-se através da apresentação de novos produtos e marcas e da entrada em novos mercados.

Com sede em Portugal, na Rua José Afonso, número 161-B no município da Marinha Grande, a Bicimax tem vindo a cimentar a sua presença como distribuidora ibérica de produtos ligados ao ciclismo. Conta atualmente com um portefólio de 11 marcas exclusivas.

Dedica-se à venda e prestação de serviços na área do ciclismo:

- Manutenção de suspensões e amortecedores;
- Processos de garantia;
- Venda de bicicletas;

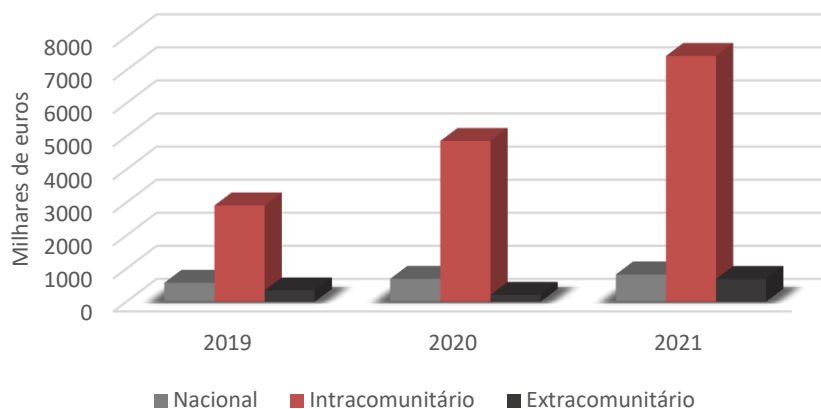
- Venda de peças e acessórios;
- Serviços de personalização.



Seguindo a linha de expansão da empresa nos últimos anos, o ano de 2021 foi de crescimento. A Bicimax atingiu um volume de negócios de 8927,59 milhares de euros, que representa um aumento de 55% face a 2020, sendo o quarto ano consecutivo de crescimento.

Conquanto, a distribuição anual das vendas e serviços prestados foi irregular. Na passagem do 2º para o 3º trimestre observou-se uma queda significativa no volume de negócios, em muito devido ao fecho de campanha.

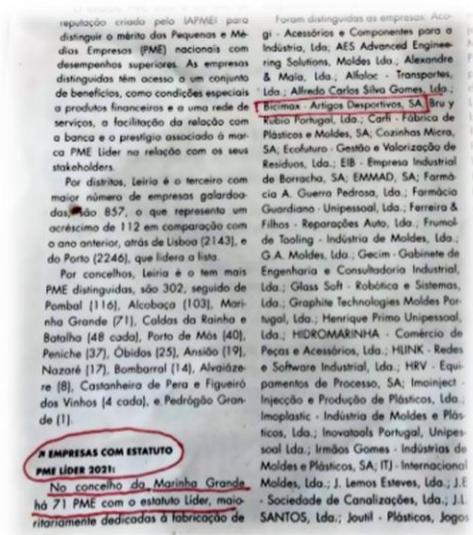
Distribuição geográfica do Volume de Negócios 2019-2021



Esta evolução foi apoiada pelo aumento das exportações para a Europa, que continua a ser o principal destino das vendas. O bolo principal da faturação para o exterior é sem dúvida para Espanha, para onde são direcionados 99,5% das vendas e serviços prestados.

Esporadicamente comercializa para outros mercados, como Holanda, Itália, França e Luxemburgo.

O comércio para destinos diferentes de Portugal e Espanha estão condicionados por cláusulas constantes dos contratos com os fornecedores dos quais a Bicimax é representante ibérica exclusiva.



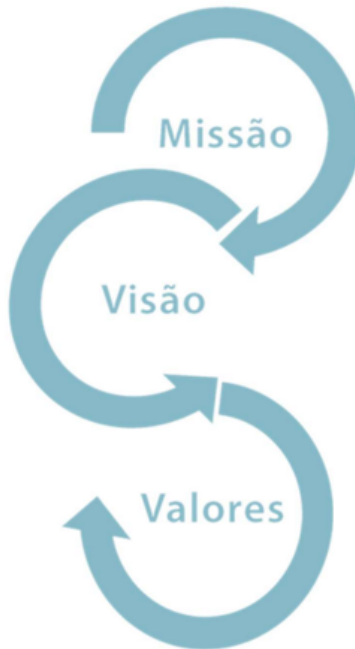
Reflexo do seu bom desempenho, foi mais uma vez atribuído à Bicimax o estatuto de PME Líder 2021. A organização acumula atualmente quatro distinções como PME Líder e um diploma de PME Excelência.

3.2.2.2. Certificações

De destacar, igualmente, as auditorias de certificação e a certificação em si mesma na norma NP EN ISO 9001: Sistema de Gestão da Qualidade (SGC) que assegura a procura e garantia de *compliance* com requisitos internacionais de qualidade.

3.2.2.3. Missão, Visão e Valores

GRI 102 –Ética e Integridade: A organização relatora deve fornecer informações adicionais sobre os seus valores, princípios, normas e códigos de comportamento.



Garantir o ótimo funcionamento dos nossos produtos para proporcionar aos nossos clientes os melhores momentos de diversão e a melhor performance com a sua bicicleta, tanto num pequeno passeio como numa prova.

Ser uma empresa de referência, reconhecida internacionalmente pelo dinamismo, qualidade e competência dos seus serviços e produtos.

- Responsabilidade, ética e transparência;
- Qualidade e rigor nos serviços prestados;
- Profissionais qualificados com experiência e elevado sentido de responsabilidade.

3.2.2.4. Governo societário

GRI 102 – Governança: Os conteúdos desta secção oferecem uma visão geral sobre:

- a estrutura de governação e a sua composição;
- o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação na definição do propósito, dos valores e da estratégia da organização;
- as competências e a avaliação de desempenho do mais alto órgão de governação;
- o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação na gestão de riscos;
- o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação no relato de sustentabilidade;
- o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação na avaliação do desempenho económico, ambiental e social;
- remuneração e incentivos.

O capital social materializa-se em 402.000,00 euros e encontra-se integralmente realizado, sendo composto por 402.000 ações com o valor nominal de 1,00 euro cada. A repartição do capital é feita por um total de 8 acionistas.

A Bicimax adota o modelo de governo societário, que compreende:

- Assembleia Geral, que reúne os acionistas da sociedade;
- Administração, correspondente ao Conselho de Administração;
- Fiscalização, que compreende o fiscal único.

O Conselho de Administração inclui 3 administradores, que incorporam simultaneamente a estrutura acionista.

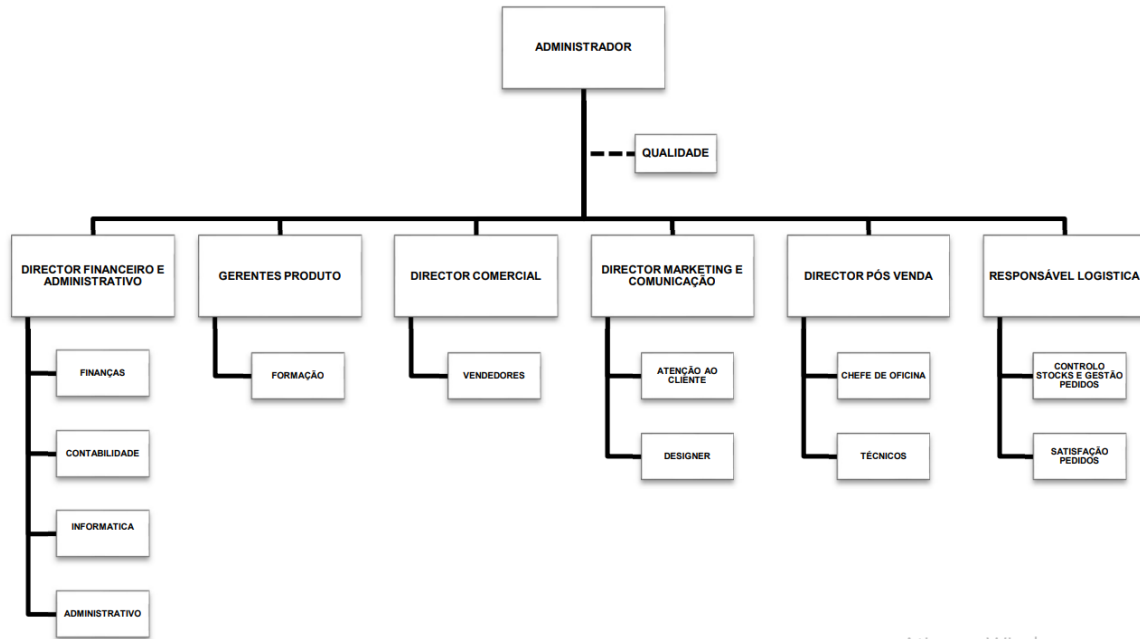
Importa salientar que este modelo de governo continua a revelar-se adequado à dimensão e estrutura acionista da sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas delibera anualmente sobre as demonstrações financeiras do exercício e apreciação e definição da estratégia e objetivos. A avaliação dos resultados obtidos é efetuada numa base regular e semestral. Do mesmo modo, as decisões de maior impacto são tomadas pelo Conselho de Administração.

A definição da política de remunerações dos membros do órgão de administração tem vindo a ser definida em Assembleia Geral de Acionistas, aquando da deliberação anual da atualização da tabela de vencimentos. Foi definido que a remuneração a atribuir aos administradores contém apenas uma componente fixa.

3.2.2.5. Estrutura organizacional

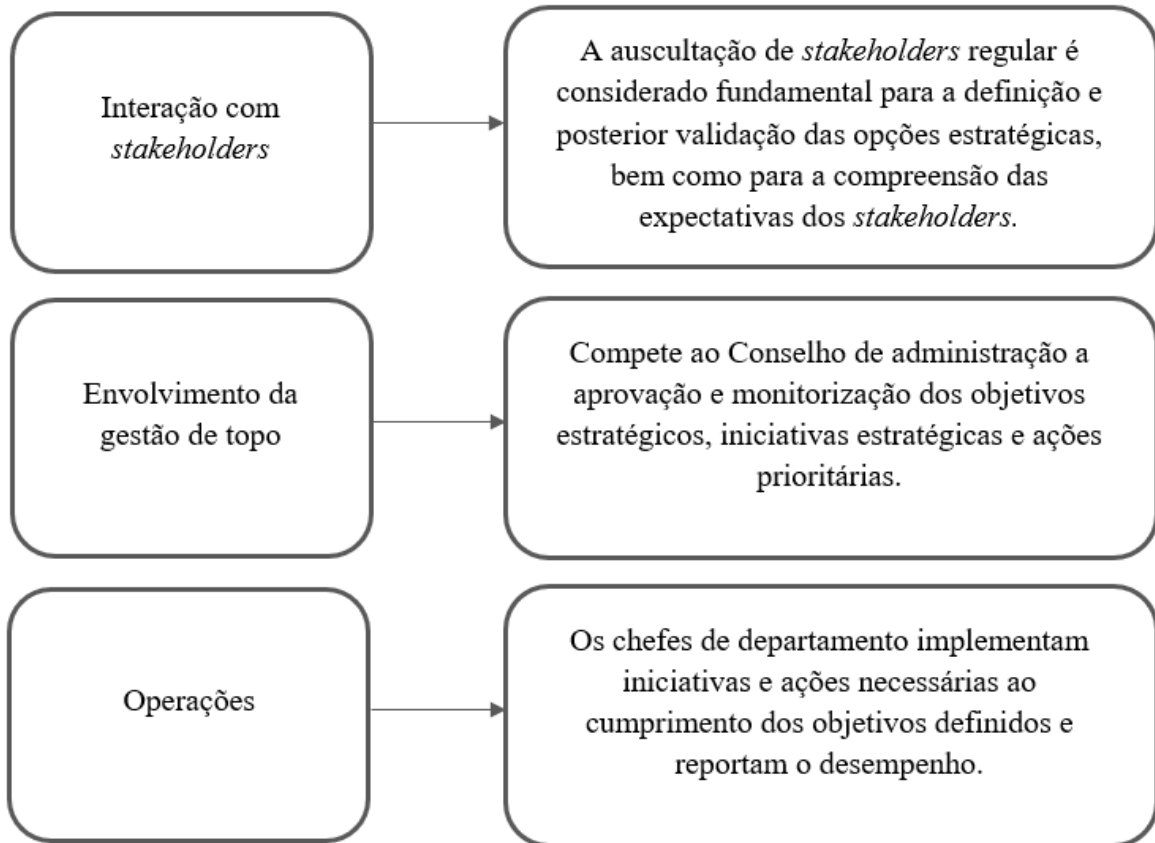
A relação hierárquica na Bicimax, S.A. encontra-se ilustrada no Organograma abaixo.



As responsabilidades, autoridade e delegação de competências estabelecidas para cada função encontram-se descritas no manual “Descrição de Funções”. Paralelamente, os documentos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em vigor detalham as responsabilidades e autoridade aplicáveis a cada caso.

3.2.2.6. Abordagem estratégica

GRI 102 – Estratégia: Estes conteúdos apresentam uma visão da estratégia da organização em relação à sustentabilidade.



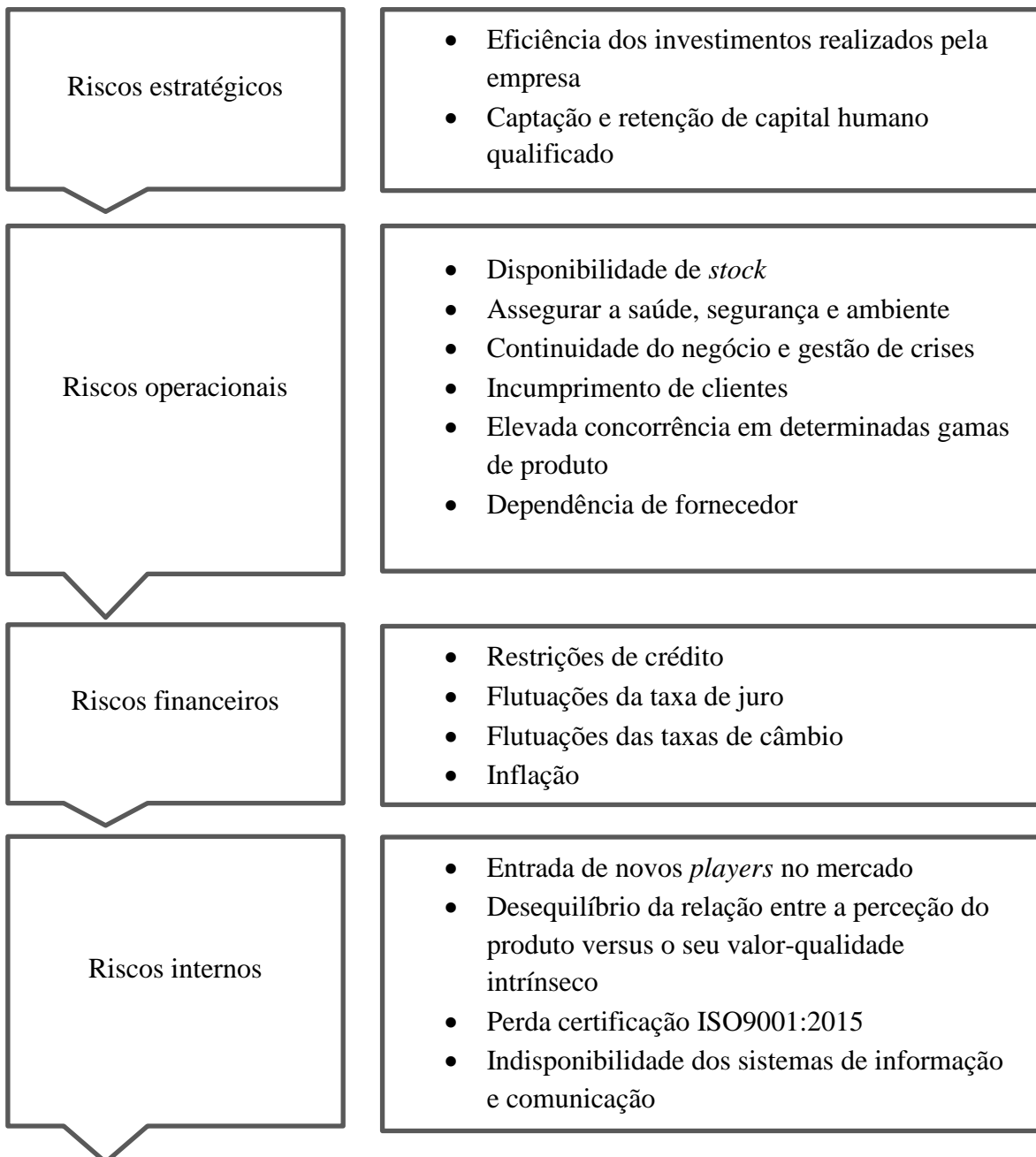
A Bicimax alicerça a sua atuação assente em três pilares: qualidade, confiança e valor. Muito embora a incorporação do eixo estratégico da sustentabilidade ambiental seja emergente dentro do seio, é objetivo da empresa que as prioridades estratégicas estejam alinhadas com a missão e valores fundamentais, incorporando preocupações económicas, ambientais e sociais.

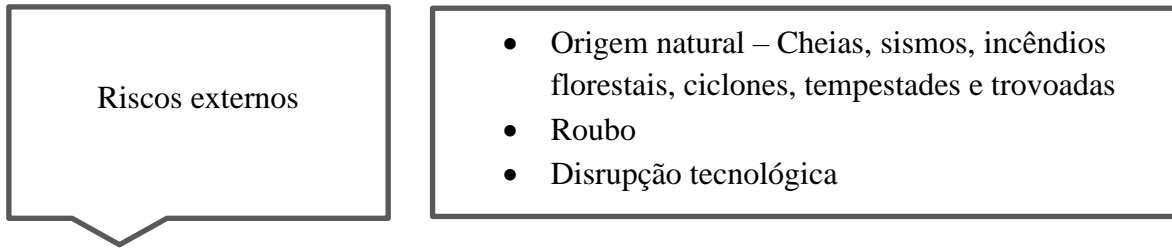
Compete ao Conselho de Administração a aprovação dos objetivos estratégicos, das iniciativas estratégicas e das ações prioritárias. A promoção de práticas em consonância com os temas sociais e ambientais no negócio é realizada individualmente pelos chefes de departamento.

3.2.3. Gestão do risco

A realidade corporativa da Bicimax é, pela natureza da sua atividade, altamente volátil. Só a visão antecipada dos riscos de uma forma sistemática permite definir as estratégias adequadas a prevenir situações adversas e, igualmente, capazes de criar um ambiente propício a melhorias sustentáveis e contínuas.

No âmbito da política de gestão de riscos, a Bicimax procede à monitorização dos principais eventos de risco e impactos inerentes à atividade, adotando medidas de monitorização, mitigação e eliminação.





Segurança e Saúde no Trabalho

Os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais são geridos através dos seguintes programas e medidas:

- Avaliação de riscos no posto de trabalho e análise e reporte de acidentes de trabalho;
- Informação e consulta aos colaboradores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Ações de sensibilização de boas práticas de segurança e promoção de saúde;
- Implementação do uso obrigatório de equipamentos de proteção individual;
- Formação sobre princípios de segurança e promoção de saúde no processo de integração de novos colaboradores.

Risco de crédito

A principal atividade da Bicimax é realizada, na sua maioria, com vendas pagas por meio de transferência bancária, pelo que existe risco de crédito relevante.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a Bicimax:

- Tem implementado procedimentos de controlo de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável;
- Possui um colaborador dedicado à gestão do crédito e das cobranças.

A organização passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objetivo de:

- Controlar o crédito concedido a clientes;
- Analisar a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber;
- Analisar o perfil de risco dos clientes.

Além da monitorização periódica das contas correntes dos clientes, estão em marcha um conjunto de iniciativas de cobrança, nomeadamente o reforço das encomendas com fatura pró-forma e dos envios a contrarreembolso.

Risco de câmbio

O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio. A empresa é importadora, estando deste modo exposta ao risco de taxa de câmbio. Nesta matéria, sempre que possível, a Bicimax prossegue uma política de cobertura natural, recorrendo a financiamentos em moeda local e/ou da utilização de instrumentos de cobertura.

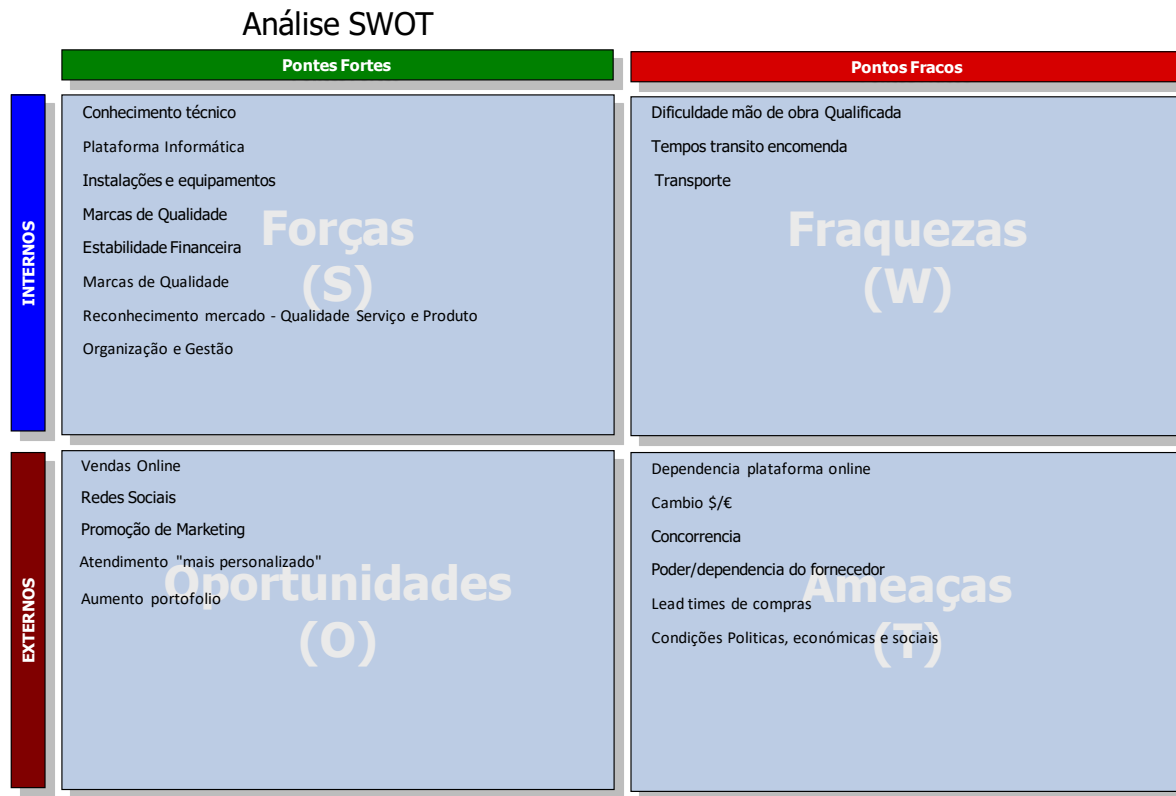
Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro da Bicimax advém do passivo, nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo.

Riscos externos

Os riscos externos, tal como o nome indica, fogem ao âmbito de controlo da empresa. Assim, estes fatores de risco são geridos através da utilização de cobertura de seguro. Atualmente a Bicimax possui seguro multiriscos, para os edifícios e respetivos recheios, seguro de transportes terrestres, para o transporte de mercadorias, e seguro automóvel.

A fim de definir uma estratégia é necessário ter em conta não só os riscos a que a organização está sujeita, mas também as oportunidades. A Bicimax utiliza como ferramentas estratégicas a matriz de risco em acoplagem com a matriz SWOT.



3.2.4. Vetores da sustentabilidade: Políticas implementadas

3.2.4.1. Pilar Económico

- Desempenho económico

Análise económica e financeira

Objetivo	Plano de ação	Target 2022
Aumento do volume de negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de <i>marketing</i> ativas; • Promoção de políticas de descontos comerciais. 	Aumento do volume de negócios em 60%
Redução do recurso a capitais alheios para necessidades de fundo de manei	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de políticas de descontos financeiros; • Análise frequente dos prazos médios de recebimento e pagamento. 	Diminuição do recurso a conta caucionada em 50%

GRI 201–1 Valor económico direto gerado e distribuído: A organização deverá relatar as seguintes informações:

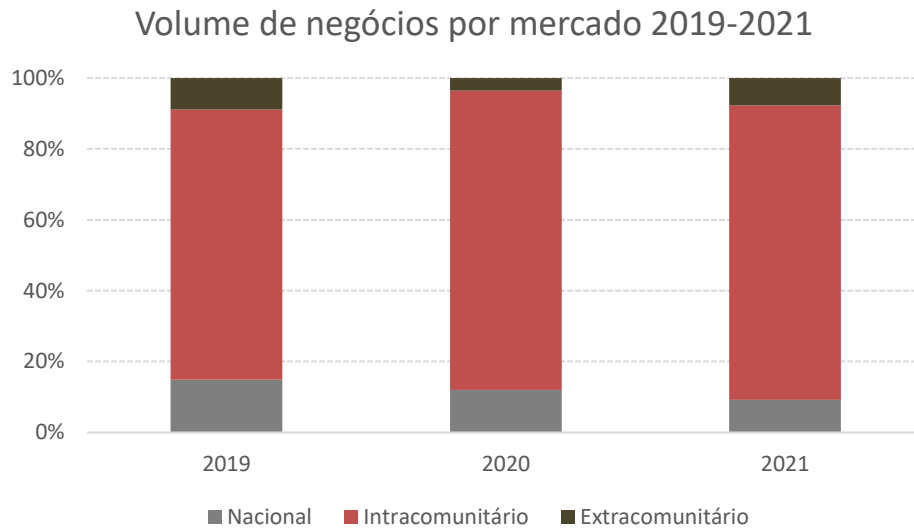
- a) O valor económico direto gerado e distribuído em regime de competência, incluindo os componentes básicos das operações globais da organização listados abaixo. Se os dados forem apresentados no regime de caixa, relate a justificativa dessa decisão e os seguintes componentes básicos:
 - i. Valor económico direto gerado: receitas;
 - ii. Valor económico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo (por país) e investimentos na comunidade;
 - iii. Valor económico retido: “valor económico direto gerado” menos “valor económico distribuído”.
- b) Quando significativo, relate o valor económico gerado e distribuído separadamente por país, região ou mercado, e os critérios utilizados para definir essa relevância.

Em 2021, a Bicimax alcançou um volume de negócios 8927,59 milhares de euros, o que representou um aumento de 55% relativamente ao ano anterior.

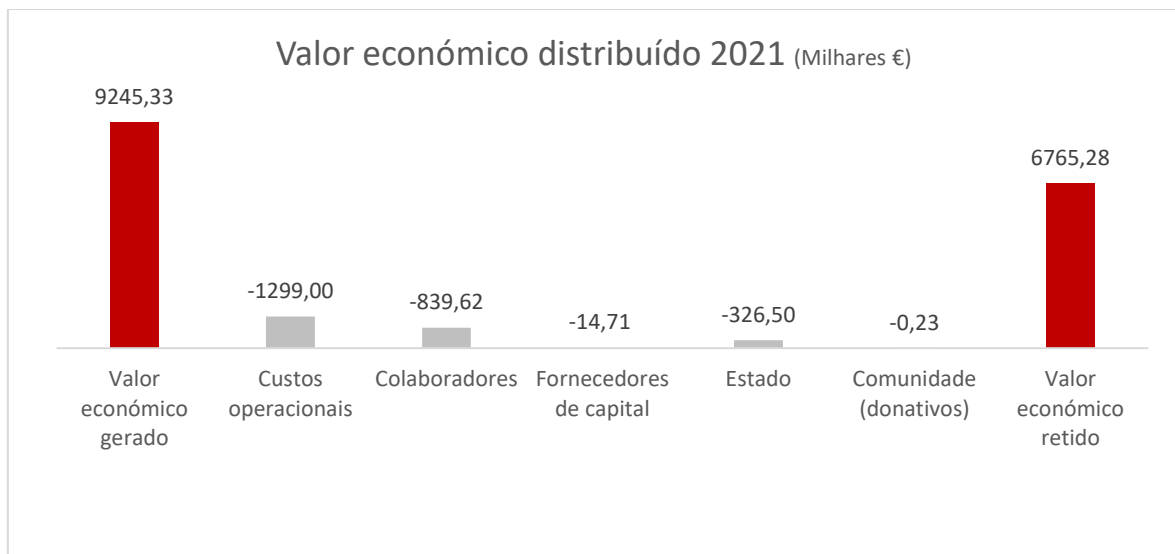
O mercado intracomunitário cresceu 53% e traduziu 83% do valor global das vendas, enquanto o mercado doméstico aumentou 19% e teve um peso de 9% no valor total, mantendo-se estes valores estáveis, face ao ano anterior.

Como mencionado anteriormente no presente relatório, o comércio para destinos diferentes de Portugal e Espanha estão condicionados por cláusulas constantes dos contratos com os fornecedores dos quais a Bicimax é representante ibérica exclusiva.

As vendas fora da Europa respeitam exclusivamente a produtos ao abrigo de garantia, faturados a fornecedores extracomunitários.

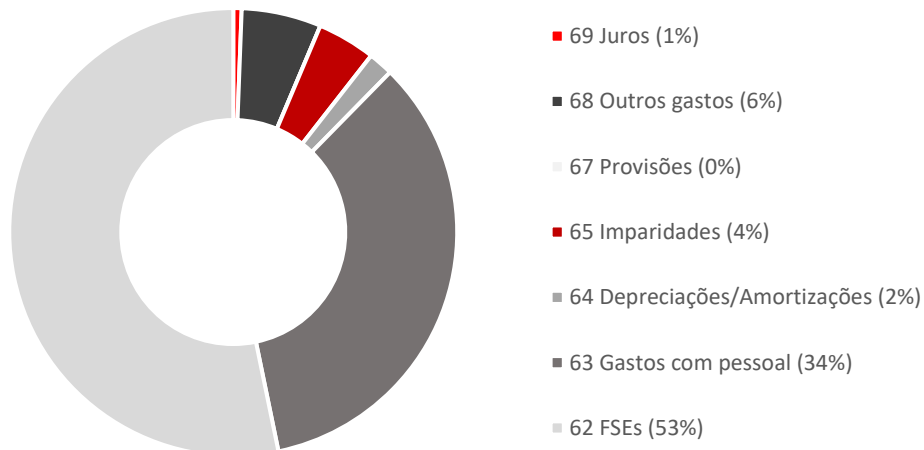


A margem bruta contabilística teve um aumento reduzido, passando de 35% para 38% do volume de negócios. Explica-se fundamentalmente com a circunstância de o custo das mercadorias vendidas ter variado no mesmo sentido e quase proporcionalmente ao volume de negócios.



Ao nível dos gastos de exploração, os resultados acompanharam o aumento da atividade operacional da empresa, resultando num incremento de 727 483€, correspondente a 30,6% do total dos gastos, influenciados pelo aumento dos FSE's, os gastos com pessoal e os juros suportados de 34,08%, 44,20% e 178,22%, respetivamente. Também as amortizações e/ou depreciações tiveram um grande impacto.

Gastos de exploração 2021



Em linha de tendência com os anos anteriores, a rubrica de juros e gastos similares obteve um crescimento de 178,22%, resultado da subida das condições de financiamento e apesar da ligeira diminuição no recurso a capitais alheios.

A rubrica de gastos com pessoal foi a segunda com maior crescimento (44%), o que vem corroborar o envolvimento da Bicimax no investimento em capital humano.

Ao nível das imparidades, registou-se o reconhecimento de 102 482,44 €, resultante das dívidas a receber.

Nos outros gastos, atingiu-se um aumento de 17% face a 2020.

Em 2021, o EBITDA fixou-se em 1 305 211,4€, alcançando um aumento de 192% relativamente ao ano anterior. Em termos relativos, e comparando com as vendas, o rácio situou-se nos 15%, mais sete pontos percentuais.

Sublinhe-se que o impacto da associada, pela via do método da equivalência patrimonial, foi negativo, saldando-se em 1 520,60€.

O resultado líquido cifrou-se nos 961 295,64€, mais 650 485€ face a 2020.

Em termos de estrutura de capitais, a Bicimax manteve a sua política de otimização, procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneo, com financiamento de médio e longo prazo, e o ciclo de tesouraria com recurso a instrumentos de financiamento de curto prazo, nomeadamente com o recurso a contas caucionadas.

O investimento em ativo fixo situou-se em 1 096 616,77€, o que representou um aumento de 11,5% face a 2020. Os investimentos efetuados em 2021 concentraram-se em três áreas – terrenos e edifícios, equipamento de transporte e outros, que se dividiram pela aquisição de equipamento administrativo, equipamento básico e outros ativos tangíveis.

Apoio financeiro recebido do governo

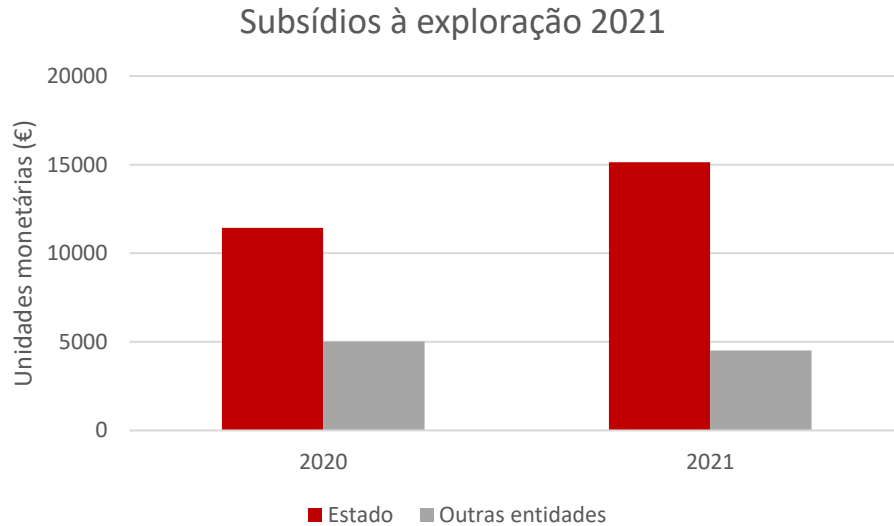
GRI 201–4 Apoio financeiro recebido do governo: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- a) O valor monetário total do apoio financeiro recebido pela organização de governos durante o período coberto pelo relatório, incluindo:
 - i. benefícios e créditos fiscais;
 - ii. subsídios;
 - iii. subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões;
 - iv. prêmios;
 - v. *royalty holidays* (incentivos que retardam o pagamento de royalties);
 - vi. apoio financeiro de Agências de Crédito a Exportação (ECA, na sigla em inglês);
 - vi. incentivos financeiros;
 - vii. outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação.
- b) As informações solicitadas acima, em 201-4-a, discriminadas por país.
- c) Se, e em que medida, algum governo participa da estrutura acionista da organização.

O rédito reconhecido pela empresa é detalhado conforme se segue:

Rédito	2021	2020
Vendas	8 478 562,13€	5 379 522€
Prestação de serviços	449 029,57€	368 299,5€
Subsídios à exploração	19 653,1€	16 456,96€
Outros ganhos	298 090,02€	69 789,89€

A Bicimax recebeu durante o ano de 2021 19 635,10€ a título de subsídios à exploração, mais 3 196,14€ que no ano anterior.



O apoio financeiro recebido é composto em 77% por subsídios governamentais, tais como subsídio do IEFP e do IGFSS.

- Práticas de compra

GRI 204–1 Proporção de gastos com fornecedores locais: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- Percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais (tais como o percentual de produtos e serviços comprados localmente).
- A definição geográfica de "local" usada pela organização.
- A definição usada para “unidades operacionais importantes”.

A Bicimax, como representante exclusiva na Península Ibérica de um portefólio de marcas, tem como fornecedores principais essas mesmas marcas.

Compras	2021 (€)	2021(%)
Nacionais	1346,34	0,02%
Intracomunitário	1800375,69	29,77%
Extracomunitário	4245677,53	70,21%

Em 2021, as compras a fornecedores nacionais registaram um peso de 0,02% no total das compras de mercadorias. Esta é uma conjuntura que dificilmente será ultrapassada. Ainda assim, os fornecedores nacionais a que a Bicimax recorre são maioritariamente do distrito de Leiria.

3.2.4.2. Pilar Ambiental

A sustentabilidade e as boas práticas ecológicas são princípios que estão a ser gradualmente implementados no cerne da empresa. É objetivo da empresa que estes princípios sejam incorporados na estratégia de gestão.

Utilização sustentável dos recursos

- Materiais

GRI 301–1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- Peso ou volume total de materiais utilizados para produzir e embalar os principais produtos e serviços da organização no decorrer do período coberto pelo relatório, discriminados por:
 - materiais não renováveis utilizados;
 - materiais renováveis utilizados.

GRI 301–2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados: A organização relatora deverá relatar a seguinte informação:

- Percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus principais produtos e serviços.

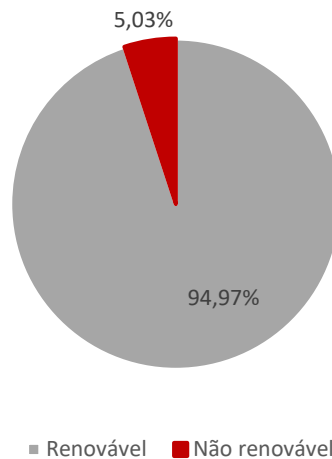
Objetivo	Plano de ação	Target 2021-2024
Diminuição total do consumo de combustível (gasóleo)	<ul style="list-style-type: none"> • Mensalmente monitorizar os consumos de combustíveis referentes á frota da Bicimax para identificação de anomalias ocasionais; • Garantir a boa manutenção dos veículos; • Optar por veículos movidos por fontes de energia alternativas. 	Redução do consumo de gasóleo em 10%
Aumento da utilização de materiais reciclados	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de comportamentos de redução e reciclagem; • Incorporar material reciclado nos plásticos de embalamento utilizados; • Incorporar material reciclado nos nas embalagens utilizadas. 	Incorporação de 80% de material reciclado
Redução do consumo de papel	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mecanismo de minimização do número de faturas e documentos de transporte impressos; 	Redução do número de

- Promoção de comportamentos de redução e reciclagem. impressões em 30%

Face à atividade exercida pela Bicimax, os principais insumos utilizados pela atividade operacional respeitam ao *packaging*, incluindo plásticos, papel e embalagens de papel ou cartão. Na realização de serviços, o material que mais é consumido é o óleo.

Materiais	Plástico	Embalagens de papel ou cartão	Papel	Óleo
Quantidade produzida (Ton)	0,055	1,54	0,0016	0,0267

Consumo materiais 2021



Em 2021, na Bicimax, dos materiais consumidos, cerca de 95% provém de fontes renováveis e apenas 5% são não renováveis virgens¹⁶.

O recurso a energia, água e combustível não são dos principais consumos inerentes à atividade. De facto, estes são acessórios à mesma, estando conexos com a própria existência da organização.

No que diz respeito ao consumo de combustível, a empresa recorre à subcontratação do transporte das mercadorias. O consumo associado respeita apenas à utilização diária das viaturas da empresa acessórios à atividade, tais como visita a clientes, deslocação para participação em feiras, entre outros.

¹⁶ No contexto, o termo “virgens” consiste em materiais ou matérias-primas não reutilizadas.

Neste sentido, a Bicimax sensibiliza os seus parceiros de transporte de mercadorias para o investimento em viaturas tecnologicamente eficientes e amigas do ambiente. Na sua frota automóvel composto por 5 viaturas, em 2021, registou-se um consumo total de combustível de 7051 litros, uma diminuição de 3% face ao ano anterior.

- Energia

GRI 302–1 Consumo de energia dentro da organização: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- a) Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados.
- b) Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados.
- c) Em joules, watts-hora ou múltiplos, o total do seguinte:
 - i. consumo de eletricidade
 - ii. consumo de aquecimento
 - iii. consumo de resfriamento
 - iv. consumo de vapor
- d) Em joules, watts-hora ou múltiplos, o total do seguinte:
 - i. eletricidade vendida
 - ii. aquecimento vendido
 - iii. resfriamento vendido
 - iv. vapor vendido
- e) Consumo total de energia dentro da organização em joules ou seus múltiplos.
- f) Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. g. Fonte dos fatores de conversão usados.

GRI 302–3 Intensidade energética: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- a) Taxa de intensidade energética para a organização.
- b) Métrica específica da organização (o denominador) escolhida para calcular essa taxa.
- c) Tipos de energia incluídos na taxa de intensidade; se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor ou todos.
- d) Se a taxa usa a energia consumida dentro da organização, fora dela, ou ambas.

GRI 302–4 Redução do consumo de energia: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- a) Volume das reduções do consumo de energia obtidas diretamente em decorrência de melhorias na conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos.
- b) Tipos de energia incluídos nas reduções: se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor ou todos.
- c) A base usada para o cálculo das reduções do consumo de energia, como ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha.
- d) Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas

Objetivo	Plano de ação	Target 2021-2024
Reduzir consumo de eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição total para lâmpada LED; • Opção por cores claras nas paredes e tetos para um melhor aproveitamento da iluminação natural; • Incentivar a desligar os equipamentos elétricos, quando não são utilizados durante algum tempo. 	Reduzir em 5% o consumo de eletricidade

A Bicimax utiliza como tipo de energia a elétrica. Esta é utilizada na iluminação e em diversos equipamentos como computadores, impressoras, equipamentos de cozinha, climatização/ventilação, equipamentos de calibração, compressor entre outros.

		2019	2020	2021
Total de energia consumida (kWh)	GRI 302-1	16203	17204	16812
Energia de fontes renováveis (%)	GRI 302-1	80%	83%	79%
Intensidade energética (kWh/m²)	GRI 302-3	10,80	11,47	11,21
Energia poupada (kWh)	GRI 302-4		1001	-392

A energia consumida durante 2021 foi de 16812 kWh, sendo 79% com origem em fontes renováveis. A energia com origem em fontes renováveis deriva da instalação de painéis fotovoltaicos, controlados em 100% pela Bicimax.

A energia produzida pelos painéis fotovoltaicos destina-se a autoconsumo, mas sempre que haja excedente este é vendido á rede pública.

A intensidade energética teve um decréscimo de 2%, em resultado da diminuição do total de energia consumida.

Ao nível dos combustíveis, este tema encontra-se explanado no tópico “materiais”.

- Água

A organização não tem um impacto significativo sobre os recursos hídricos, pelo que se optou por não desenvolver a temática nem estabelecer objetivos estratégicos ou planos de ação com ela conexos.

Note-se que o consumo de água na Bicimax é utilizado para fins domésticos, nomeadamente balneários, casas de banho e cozinha. Esta é proveniente da rede pública.

Economia circular e gestão de resíduos

Objetivo	Plano de ação	Target 2021-2024
Melhorar a percentagem dos resíduos reciclados	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o destino seguro e ambientalmente correto dos resíduos produzidos; • Reduzir, reutilizar e promover a reciclagem dos resíduos gerados; • Valorizar internamente os resíduos; • Monitorizar semestralmente a quantidade total de resíduos produzidos. 	≥ 90% taxa de valorização resíduos

GRI 306–3 Resíduos gerados: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas e uma discriminação desse total por composição dos resíduos.
- Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados.

Um dos impactos mais significativo da atividade da empresa sobre o meio ambiente está na forma de resíduos.

A Bicimax fomenta uma gestão adequada dos resíduos, ao nível da prevenção e valorização, na qual os colaboradores desempenham um papel decisivo na redução da sua produção, reutilização, valorização e na adequada eliminação.

Os resíduos produzidos, enviados e a sua evolução ao longo dos três últimos anos são apresentados na tabela abaixo indicada:

Tipo de Resíduo	2019		2020		2021		Destinatário
	Resíduos produzidos (Kg)	Resíduos Enviados (Kg)	Resíduos produzidos (Kg)	Resíduos Enviados (Kg)	Resíduos produzidos (Kg)	Resíduos Enviados (Kg)	
Plástico	64	64	59	59	55	55	(a)
Papel/cartão	1050	1050	1130	1130	1572	1572	• Acácio Gomes Miguel & Filhos, Lda • JLRECITRUTAS, UNIPessoal LDA • Valorlis
Tinteiros e toner	0,375	0,375	1,06	1,06	1,06	1,06	Alidata Software
Óleo usado	173,1	173,1	206,58	99,78 (b)	247,4	354,2	SISAV- Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, SA
Pneus usados	40	40	48	48	55	55	Natureza Verde - Gestão de Resíduos, Lda.
Metais não ferrosos	623	623	503	433 (b)	509	579 (c)	• JLRECITRUTAS, UNIPessoal LDA • METALMARINHA, S.A.
Resíduos Elétricos e eletrónicos	-	-	22	22	-	-	Valorlis

- resíduos colocados no ecoponto municipal.
- as quantidades enviadas são inferiores às produzidas, uma vez que ficaram alguns resíduos armazenados que irão ser enviados para o seu destino adequado no ano seguinte.
- as quantidades enviadas foram superiores às produzidas, uma vez que englobam os resíduos do ano anterior que se encontravam armazenados.

Ao nível da gestão sustentável de resíduos já existem algumas medidas implementadas, nomeadamente:

- Criação de áreas específicas para a gestão de resíduos;
- Separação, armazenamento temporário e envio de diferentes tipos de resíduos para operadores licenciados;
- Reutilização de embalagens de transporte;
- Reutilização de plásticos de embalamento;
- Otimização do conteúdo por embalagem;
- Formação e sensibilização de colaboradores;
- Colaboração com os principais fornecedores no sentido de desenvolver embalagens otimizadas e sustentáveis, nomeadamente ao nível do peso, da reciclagem, da fácil eliminação e da reduzida utilização de recursos naturais.

Em 2021, o consumo de papel/cartão aumentou 39% relativamente ao ano anterior. Isto deveu-se ao facto de no final do ano ter sido efetuada a reciclagem dos documentos contabilísticos e fiscais dos últimos 10 anos. Efetivamente o resíduo foi produzido em período diferente, mas optou-se por considerar como resíduo de 2021.

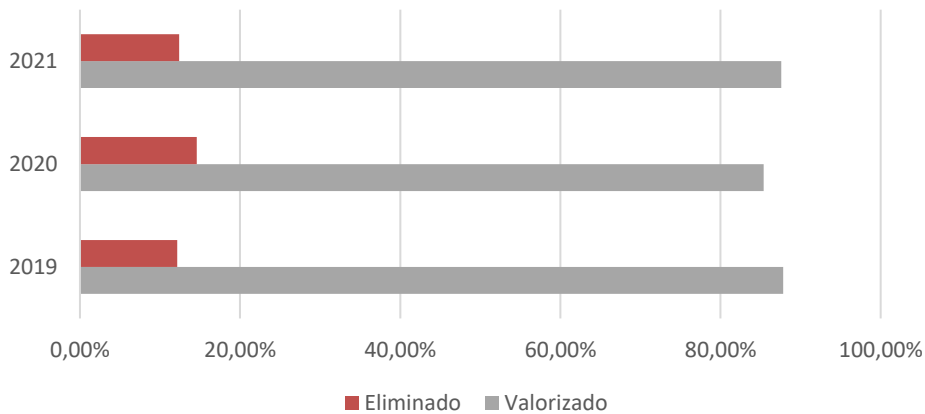
GRI 306–4 e 306-5 Resíduos não destinados para disposição final e destinados para

disposição final: A organização relatora deverá relatar, tanto sobre resíduos não destinados para disposição final como sobre os destinados para disposição final, as seguintes informações:

- a) Peso total em toneladas métricas dos resíduos destinados para disposição e uma discriminação desse total por composição dos resíduos.
- b) Peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos destinados para disposição e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de disposição:
 - i. Incineração (com recuperação de energia);
 - ii. Incineração (sem recuperação de energia);
 - iii. Confinamento em aterro;
 - iv. Outras operações de disposição.
- c) Peso total em toneladas métricas dos resíduos não perigosos destinados para disposição e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de disposição:
 - i. Incineração (com recuperação de energia);
 - ii. Incineração (sem recuperação de energia);
 - iii. Confinamento em aterro;
 - iv. Outras operações de disposição.
- d) Para cada operação de disposição citada nos Conteúdos b) e c), uma discriminação do peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos e dos resíduos não perigosos destinados para disposição:
 - i. dentro da organização;
 - ii. fora da organização.
- e) Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados.

Adaptado de GRI 306: Resíduos

Resíduos produzidos: Valorizados e eliminados (2019-2021)



No ano de 2021 foram produzidos 2439 quilos de resíduos, dos quais 87,60% são valorizados.

Assim, continuar-se-á a trabalhar com diferentes parceiros e a investir em diversas iniciativas para atingir o objetivo e suportar a economia circular, tanto nas operações internas como na cadeia de valor.

Emissões e Biodiversidade

Considerando que a atividade da Bicimax não gera impacto significativo no que concerne a desempenho carbônico e conservação dos habitats naturais, optou-se por não desenvolver estas temáticas nem estabelecer objetivos estratégicos ou planos de ação com elas conexos.

3.2.4.3. Pilar Social

Envolvimento com as partes interessadas

GRI 102 – Envolvimento com *stakeholders*: Estes conteúdos apresentam uma visão geral da abordagem da organização para envolvimento de *stakeholders*.

A Bicimax prioriza a melhoria contínua do desempenho em busca da excelência operacional, determinante para a sua competitividade e para a criação de valor para todos os públicos com quem se relaciona.

A identificação das partes interessadas, nomeadamente das suas preocupações e expectativas, é indispensável para a definição de uma estratégia de sustentabilidade. Deste modo, a gestão da Bicimax tem em consideração os resultados da consulta aos seus *stakeholders*, compromissos e políticas internas.

Foram identificadas como partes interessadas as apresentadas abaixo, cujos requisitos relevantes são:

Parte Interessada	Necessidades/ Expetativas Requisitos	Respostas às Necessidades/ Expetativas	Monitorização
Clientes	Venda ou serviço de acordo com as condições definidas com cada cliente: - Cumprimento dos requisitos técnicos - Cumprimento dos requisitos comerciais - Cumprimento de prazos	Cumprimento de prazos e da Política de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Fidelização de Clientes • Índice de satisfação clientes
Colaboradores	Atualização e melhoria de competências. Remuneração justa e pagamento atempado.	A Bicimax promove a atualização de competências, nomeadamente através da formação. Pagamento no final do mês de acordo com o estabelecido.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Formação e eficácia de formação • Documentos contabilísticos (comprovativos de transferência)
Administração	Retorno do capital investido, otimização dos recursos utilizados, no sentido da sustentabilidade do negócio. Cumprimento dos requisitos das Normas de referência por parte dos colaboradores	Definição das opções estratégicas e respetivos objetivos tendo em consideração a evolução do negócio e posicionamento no mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados operacionais • Cumprimento do estabelecido no sistema do SGQ
Entidades Legais	Cumprimento legislação, e regulamentação aplicável. Responsabilidades fiscais.	Pagamento dentro do prazo e cumprimento da legislação aplicável	Ausência de coimas

Comunicação Social	Publicidade e informação.	A Bicimax promove os seus produtos e transmite informação relevante ao mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Vendas • N° visualizações
Concorrência	Aumentar quota de mercado: <ul style="list-style-type: none"> - Captar clientes - Preço/margem - Marcas 	Definição das opções estratégicas e respetivos objetivos tendo em consideração as necessidades do mercado e as ações dos concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Vendas • N° Clientes “inativos” • Margem
Fornecedores	Encomendas e pagamento atempado.	A Bicimax paga de acordo com as condições acordadas.	Documentos contabilísticos
Banca/ Seguradora	Cumprimento dentro do prazo e nas condições acordadas.	A Bicimax paga de acordo com as condições acordadas.	Documentos contabilísticos

A necessidade de manter o diálogo com um conjunto alargado de *stakeholders* para enfrentar desafios comuns, ganhou uma relevância ainda mais estratégica. Neste âmbito, a empresa recorre a vários canais de comunicação, de consulta e de diálogo.

Públicos (Stakeholders)	Canais de comunicação
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas a/de clientes • Portal do cliente B2B • Website • Redes sociais • Análise de reclamações
Colaboradores	Avaliação de desenvolvimento e desempenho
Administração	Reuniões periódicas do Conselho de Administração
Entidades Legais	Auditorias
Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais • Entrevistas
Concorrência	Acompanhamento dos suportes de comunicação (Sites, folhetos, catálogos, entre outros)
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de reclamações • Processos de avaliação de desempenho do fornecedor • Visitas a/de fornecedores

Banca/ Seguradora	Visitas
------------------------------	---------

Trabalhadores

Objetivo	Plano de ação	Target 2021-2024
Promover desenvolvimento pessoal e profissional para todos	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a formação para 100% dos trabalhadores/as; Garantir igualdade de acesso a oportunidades; Acabar com todas as formas de discriminação 	<ul style="list-style-type: none"> um terço da população trabalhadora do género feminino 95% dos trabalhadores/as com acesso a formação

- Emprego

GRI 401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- Número total e taxa de novas contratações de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, género e região.
- Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, género e região.

	2019	2020	2021
Total de trabalhadores/as	25	26	35
Trabalhadores/as permanentes (%)	80%	79%	78%
Taxa de novas contratações (%)	15%	9%	12%
Taxa de rotatividade (%)	11%	12%	10%
Taxa de absentismo (%)	4,30%	3,98%	3,70%

Em 31 de dezembro de 2021, a Bicimax contava com 35 trabalhadores/as, verificando -se um aumento de 35% face ao ano anterior, sendo que o número de colaboradores masculinos (31) continuava a ser superior ao número de colaboradores do sexo feminino (4). Em termos etários, a idade média era de 36 anos.

O compromisso da Bicimax no investimento em capital humano reflete-se no vínculo laboral estabelecido: 78% através de contratos de trabalho efetivo permanente. A taxa de novas

contratações fixou-se nos 12% e, à semelhança de outros anos, foi superior nos colaboradores/as de género masculino e na faixa etária abaixo dos 30 anos.

A taxa de rotatividade desceu para 10% e foi maior nas faixas etárias abaixo dos 30 anos.

O absentismo tem registado um decréscimo nos últimos anos, e o ano de 2021 não foi exceção.

- Presença no mercado

GRI 202–1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- a) Quando uma parcela significativa dos empregados for remunerada com base em salários sujeitos às regras do salário mínimo, relate a proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo, por género, em unidades operacionais importantes.
- b) Quando uma parcela significativa de outros trabalhadores (exceto os empregados) que realizam as atividades da organização for remunerada com base em salários sujeitos às regras do salário mínimo, descreva as medidas tomadas para determinar se esses trabalhadores são pagos acima do salário mínimo.
- c) Se um salário mínimo local não existe ou é variável em unidades operacionais importantes, por género. Em circunstâncias em que diferentes mínimos podem ser utilizados como referência, informe qual salário mínimo está sendo usado.
- d) A definição usada para “unidades operacionais importantes”

De acordo com o Decreto-Lei n.º 109-A/2020, o valor da retribuição mínima mensal garantida foi fixado em 665 euros.

Existem colaboradores na organização remunerados com base no salário mínimo nacional. No entanto, a empresa procede à atualização da tabela de vencimentos no início de cada ano civil.

No ano de 2021, encontram-se 2 colaboradores com uma remuneração mensal equivalente ao salário mínimo nacional, o que corresponde a 6% dos trabalhadores.

- Relações laborais

A empresa privilegia um ambiente informal dentro da organização, promovendo momentos de desligamento do trabalho e da vida familiar no decurso do ano.

Todos os anos a Administração da Bicimax organiza o tão esperado Jantar de Natal para o qual são convidados todos os seus colaboradores. A Administração pede aos presentes que utilizem roupa formal.

No quotidiano, existem locais na empresa próprias para o convívio entre os funcionários, mas também para receção de pessoas externas à empresa.

Em 2021, a Administração ofereceu a todos os colaboradores uma experiência conjunta de karts.

- Desenvolvimento de competências e formação

GRI 404–1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado: A organização relatora deverá relatar as seguintes informações:

- a) Média de horas de capacitação realizada pelos empregados da organização durante o período coberto pelo relatório, discriminada por:
 - i. género;
 - ii. categoria funcional

	2019	2020	2021
Número total de horas de formação	50	90	200
Percentagem de trabalhadores/as que recebem formação	60%	65%	79%

A Bicimax procura facultar a todos os seus trabalhadores/ as o acesso a formação relevante e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e o aperfeiçoamento de aptidões.

No ano de 2021, registou -se um total de 200 horas de formação, que corresponde a uma média global de 5,71 horas de formação por trabalhador/a. As categorias profissionais com maior número médio de horas de formação foram informáticos/as e administrativos/as.

O número de horas de formação foi impulsionado desde 2019, em muito justificado pela adoção do normativo NP EN ISO 9001:2015 pela empresa. Também em alguns casos, a possibilidade de substituir por ações de formação à distância foi um fator impulsionador.

Em 2021, 79% dos trabalhadores/as da Bicimax tiveram acesso a formação. É intenção da Empresa garantir que 95% do seu efetivo aceda anualmente a formação, até final de 2024. Para isso, estão a ser projetadas diferentes abordagens e programas no plano de formação, incluindo em formato e-learning e misto (*e-learning* e presencial).

- Segurança e saúde

A empresa promove um conjunto de iniciativas e ações com o objetivo de promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. Destaque para ações de sensibilização e consciencialização, incentivando o autocuidado para a prevenção dos acidentes e doenças profissionais e identificando a melhoria contínua dos processos e das condições de trabalho.

Em 2021, no domínio da sinistralidade, foi registado somente um acidente de trabalho. Em relação à natureza da lesão, ferida aberta nos dedos e mãos.

A taxa de frequência dos dois anos anteriores foi de zero.

A Bicimax promove o cumprimento de todos os requisitos, normas e procedimentos legais na área de saúde e segurança no trabalho, através da aplicação de boas práticas, nomeadamente:

- Exames de medicina do trabalho regulamentares de admissão e periódicos;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual;
- Formação aos colaboradores/as e prestadores de serviço no âmbito da higiene e segurança adaptada às características específicas de cada posto de trabalho;
- Auditorias internas e externas.

Ademais, a organização fornece seguro de saúde para todos os seus colaboradores e extensível aos familiares mais próximos.

Conclusão

A Bicimax é uma organização que, embora tenha uma estrutura reduzida, apresenta um conjunto de características que a distancia do padrão convencional da típica PME nacional: de reduzida dimensão, estrutura tipicamente familiar e a operar quase em exclusivo no mercado doméstico. Por seu turno, a Bicimax apresenta um volume de negócios crescente, de rentabilidade e a operar no mercado internacional - com tudo o que isso acarreta, nomeadamente divisas, operação logística e taxas aduaneiras - necessitando de uma capacidade financeira e de recursos humanos coadunante com tal realidade. Em suma uma empresa pequena na sua estrutura, grande na sua operação.

Em relação à Bicimax, podemos dividir as preocupações com as questões ambientais e sociais: antes e pós certificação NP EN ISO 9001. Antes da certificação as preocupações tendiam a ser incipientes, sendo as medidas adotadas indo estritamente ao encontro daquilo que são as normas ambientais em vigor. No momento pós certificação, houve uma disrupção da postura até aí adota. Assim, com o processo de certificação a organização ficou desperta para a necessidade crescente de incorporação destas preocupações na estratégia organizacional, pretendendo ir além do estritamente necessário. A divulgação deste tipo de informação vai mais além da realização deste relatório, materializa-se na adoção de um conjunto de medidas tais como as mencionadas na proposta de relato não financeiro.

Na atualidade a empresa compreende que as preocupações com a sustentabilidade são um fator de diferenciação e *qui sa* a breve prazo um fator crítico de sucesso, pois a exigência do consumidor tenderá cada vez mais a atender a tal aspeto, fazendo com que a sensibilidade a tal temática seja o imperativo.

Relativamente ao conteúdo da proposta de relato não financeiro para a Bicimax, verificou-se que ao nível da vertente ambiental, a quantidade de indicadores materialmente relevantes suscetíveis de divulgação são diminutos, em virtude da natureza e estrutura do negócio. Para os indicadores divulgados, para todos eles existe um conjunto de medidas implementadas e outras em fase de implementação.

O pilar social também ele apresenta um reduzido número de indicadores materialmente relevantes. Ainda assim, a extensão da informação divulgada é superior à vertente ambiental.

De entre as três áreas da sustentabilidade, aquela que se destaca na Bicimax é a vertente económica. Este tema já era anteriormente reportado no relatório e contas e, pela sua natureza tal temática teria sempre de ser abordada com tal enfoque, ou não fosse o lucro o fim social da empresa.

Observa-se que ao incorporar esta informação no relatório não financeiro, há uma redundante duplicação da informação prestada. Por conseguinte, o reporte financeiro e não financeiro dever-se-ia materializar num só relatório.

Quanto ao fator transparência, a transparência em si muitas vezes é uma utopia uma vez que as empresas têm dificuldade em revelar informações que possam pôr em causa a sua honorabilidade, antes pelo contrário, toda a informação prestada, não obstante de ser verdadeira, circunver-se-á maioritariamente aos aspetos percecionados como positivos e beneficiadores da imagem da empresa.

Podemos concluir que a dimensão em si não é impeditiva da construção de um relatório não financeiro. Todavia, ainda que pequena, a empresa tem necessariamente de ter uma estrutura suficientemente grande para relatar o conjunto mínimo de matérias que a legislação nacional tipifica como essenciais.

A adoção de um modelo internacional de relato não financeiro implica que este seja adaptado à estrutura reduzida da empresa, ao invés de uma estrutura de grande dimensão para o qual ele foi desenhado. Por conseguinte, na realização deste projeto tivemos de optar por uma conjugação entre a proposta da CMVM com o modelo internacional do GRI.

Assim, a par do que acontece com o relato financeiro em que o conjunto de informação a prestar varia em função da dimensão da sociedade, também no relato não financeiro o mesmo é aplicável.

Limitações e Linhas de Investigação Futura

Limitações

Este estudo empírico baseou-se nas características contextuais da empresa Bicimax, sendo um projeto com o objetivo específico de apresentar uma proposta concreta de relato não financeiro para uma empresa real. Sendo possível de adotar como exemplo não permite extrair conclusões sobre a generalidade das PME.

Ademais, visto que as preocupações com a sustentabilidade são uma questão emergente na estratégia da empresa, a informação disponível para relato é limitada e por vez não é materialmente relevante.

Também é de referir a dificuldade encontrada na revisão da literatura, com a vasta profusão de conceitos, iniciativas, princípios, normas sobre o tema da informação financeira, tornou-se árdua a tarefa de seleção das temáticas a incluir no trabalho, de modo que estas convergissem diretamente ao enquadramento necessário para compreensão das opções e conclusões do projeto.

Desenvolvimentos futuros

Seria interessante uma análise da possibilidade de extensão do âmbito do Decreto-Lei nº 89/2017 às PME. Focando nos obstáculos e oportunidades de inclusão das PME no âmbito desta regulamentação.

Bibliografia

Abreu, P. (2021). Do desligamento do trabalho, à igualdade de género. Conheça a proposta da CMVM para o reporte ESG [Web Jornal de Notícias]. Disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/bolsa/detalhe/do-desligamento-do-trabalho-a-igualdade-de-genero-conheca-a-proposta-da-cmvm-para-o-reporte-esg>, consultado em 12 de dez. 2021.

Adams, C., Alhamood, A., He, X., Tian, J., Wang, L., e Wang, Y. (2022). The development and implementation of GRI Standards: practice and policy issues. *Handbook of Accounting and Sustainability*, Edward Elgar Publishing Ltd.

Alves, N., Kassai, J., Lucas, E., & Ferreira, H. (2017). Relato integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 99–122. <https://doi.org/10.18405/recfin20170306>

APEE. (n.d.). Introdução ao Reporte Não Financeiro. Brochura.

Bernardi, E., Carlucci, S., Cornaro, C. e Bohne, R. (2017). An Analysis of the most Adopted Rating Systems for Assessing the Environmental Impact of Buildings. *Sustainability*, 9 (7), 1226.

Cabaço, L., Brás, H. & Motta, G. (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal. Consultado em 12 de Mai. 2022. Disponível em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>

Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & society*, 38(3), 268-295.

Carroll, A. (1979a). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.

Carroll, A. (1979b). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.

Chersan, C. (2017). Integrated reporting in europe - From voluntary to mandatory? *Journal of Public Administration, Finance and Law*. (3)19-30.

Chester, R. J., & Woofter, J. K. (2005). *Non-Financial Disclosure and Strategic Planning: Sustainability Reporting for Good Corporate Governance* (Master dissertation, Blekinge Institute of Technology). Disponível em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.577.3901&rep=rep1&type=pdf>

CMVM. (2020). Documento de consulta da CMVM nº 6 2020.

- CMVM. (2021). *CMVM disponibiliza modelo de relatório para divulgação de informação não financeira*.
[https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/comunicados_mercado/Pages/20210202a.aspx?v=](https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/comunicados_mercado/Pages/20210202a.aspx?v=Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro Verde. Promover um quadro europeu para responsabilidade social das empresas. COM (2001) 366 final, 18-07-2001: Bruxelas. https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf)
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro Verde. Promover um quadro europeu para responsabilidade social das empresas. COM (2001) 366 final, 18-07-2001: Bruxelas.
https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf
- Correa-Ruiz, C., & Moneva-Abadía, J. M. (2011). Special issue on "social responsibility accounting and reporting in times of "sustainability downturn/crisis." *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 14(SUPPL1), 187–2. 11.
- Dahlsrud, A. (2008). How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions. *Corporate Social Responsibility Environmental Management*, 15, 1-13.
- Danciu, V. (2013). The sustainable company: new challenges and strategies for more sustainability. *Theoretical and Applied Economics*, XX(9), 7–26.
- Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho. Diário da República n.º 145/2017 – I Série. Lisboa: Finanças.
- Dev, A., & Singhal, N. S. (2016). *Global Reporting Initiative; Sustainability Reporting*.
<https://www.researchgate.net/publication/318362775>
- Dias, R. (2017). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas. (3ª ed.)
- Dias, L., & Siqueira, J. (2020). Análise da evolução qualitativa dos balanços sociais da PETROBRAS do período de 2000 a 2004. In Anais do XXI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. Recuperado em (Vol. 23).
- Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2014. 2014(2), 1-9.
- Duarte, A. (2021). O caminho para uma União Europeia mais verde e Finanças mais sustentáveis [post em blog]. Consultado em 12 de Mai. 2022. Disponível em <https://novabhre.novalaw.unl.pt/caminho-ue-mais-verde-financas-sustentaveis/>
- Elkington, J. (1997). The triple bottom line. *Environmental management: Readings and cases*, 2, 49-66.
- Fonseca, L. (2008). Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável: moda passageira ou requisito para sobrevivência?. *Indústria e ambiente* 50.
- Freeman, I. & Hasnaoui, A. (2011). The Meaning of Corporate Social Responsibility: The Vision of Four Nations. *Journal of Business Ethics*, 100(3), 419-443.
- Gimenez, C., Sierra, V., & Rodon, J. (2012). Sustainable operations: Their impact on the triple bottom line. *International Journal of Production Economics*, 140(1), 149–159.
<https://doi.org/10.1016/J.IJPE.2012.01.035>

- Global Reporting Initiative (GRI). (2016). *GRI 101: Fundamentos*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>, consultado em 21 de fev. 2022.
- Global Reporting Initiative (GRI). (2022a). *About GRI*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/>, consultado em 21 de fev. 2022.
- Global Reporting Initiative (GRI). (2022b). A short introduction to GRI Standards. Disponível em <https://www.globalreporting.org/media/wtaf14tw/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf>, consultado em 17 de maio. 2022.
- Global Reporting Initiative (GRI). (2022c). *Out mission and history*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>, consultado em 21 de fev. 2022.
- Global Reporting Initiative (GRI). (2022d). *Sector Program*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/standards/sector-program/>, consultado em 21 de fev. 2022.
- Herrmann, Kristina K. (2004). Corporate Social Responsibility and Sustainable Development: the European Union Initiative as a Case Study. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 11 (2). Disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol11/iss2/6>
- Higuchi, A. K., & Vieira, F. G. D. (2012). Responsabilidade social corporativa e marketing social corporativo: uma proposta de fronteira entre estes dois conceitos. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 34(1), 31-40.
- Integrated Reporting (IR). (2020). *Integrated Thinking & Strategy: State of Play Report*. Disponível em https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2020/01/Integrated-Thinking-and-Strategy-State-of-Play-Report_2020.pdf, consultado em 27 de jan. 2022.
- Ioannou, I., & Serafeim, G. (2011). What Drives Corporate Social Performance? The Role of Nation-level Institutions. *Journal of International Business Studies*. 43(9), 834-864.
- ISO. (2010). ISO 26000 : 2010 (en) Guidance on social responsibility. Disponível em <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:26000:ed-1:v1:en>, consultado em 27 de fev. 2022
- KPMG. (2020). *The time has come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020*. KPMG International.
- Matos, F. C. G. (2021). O relato da informação não financeira pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa: uma abordagem aos objetivos de desenvolvimento sustentável (Doctoral dissertation, Universidade do Minho (Portugal)).
- Marimon, F., Alonso-Almeida, M. D. M., Rodríguez, M. D. P., & Cortez Alejandro, K. A. (2012). The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? *Journal of Cleaner Production*, 33, 132-144. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2012.04.017>

Monteiro, S., Ribeiro, V., & Lemos, K. (2017). A evolução do relato financeiro ao relato de sustentabilidade/integrado: uma perspectiva do setor público e privado. Centro de Investigação Em Contabilidade e Fiscalidade, 1-41.

OCC, OROC e CNC. (2021, Maio 10). *Sustentabilidade e relato não financeiro*. [Conferência digital]. Conferência OCC/OROC/CNC. https://www.youtube.com/watch?v=5rDxMV3FjFA&ab_channel=OrdemdosContabilistasCertificados

Parra, M.G. (2006). *Ética en las organizaciones: Construyendo confianza*. Madrid: Pearson Educación.

Patten, D. M., & Zhao, N. (2014). Standalone CSR reporting by U.S. retail companies. *Accounting Forum*, 38(2), 132-144.

PwC. (2018). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017*. Disponível em <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/retrato-nao-financeiro.html>, Consultado em 30 de jul. 2021.

Ramos, G. & Abrantes, J. (2008). *Responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento organizacional - aplicação à Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova*. GESTIN. ISSN 1645-2534. Ano VII, n.º 7, p. 123-142.

Reis, L. & Morais, C. (2021). Relato integrado: uma análise comparativa entre empresas brasileiras e europeias sob a ótica de Teoria Institucional. *REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade*, 11(1), 2021, 01-15.

Sampong, F., Song, N., Boahene, K., & Wadie, K. (2018). Disclosure of CSR Performance and Firm Value: New Evidence from South Africa on the Basis of the GRI Guidelines for Sustainability Disclosure. *Sustainability*, 10(2), 4518. <https://doi.org/10.3390/su10124518>

Sen, S., Bhattacharya, C.B. (2001). Does Doing Good Always Lead to Doing Better? Consumer Reactions to Corporate Social Responsibility. *Journal of Marketing Research*, 225-243.

Siew, R. Y. J. (2015). A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). *Journal of Environmental Management*, 164, 180–195. <https://doi.org/10.1016/J.JENVMAN.2015.09.010>

UNWCED (1987). *Our Common Future*. United Nations World Commission on Environment and Development. Disponível em https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/UN%20WCED%201987%20Brundtland%20Report.pdf, consultado em 23 de jan. 2022.

Venturelli, A., Caputo, F., Cosma, S. I., Leopizzi, R., & Pizzi, S. I. (2017). Directive 2014/95/EU: Are italian companies already compliant?. *Sustainability*, 9(8), 1-19. <https://doi.org/10.3390/su9081385>

Vigneau, L., Humphreys, M., & Moon, J. (2014). How Do Firms Comply with International Sustainability Standards? Processes and Consequences of Adopting the Global Reporting Initiative. *Journal of Business Ethics*. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2278-5>

Votaw, D. (1972). Genius Becomes Rare: A Comment on the Doctrine of Social Responsibility Pt.1. *California Management Review*, 15(2), 25-31.

Webgrafia

<https://eco.sapo.pt/2021/05/24/proximos-passos-no-reporting-de-sustentabilidade-na-ue/>

<https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/responsabilidade-social-das-empresas.aspx>

Leituras adicionais

Correia, A. (2013). A Responsabilidade Social e as PME: As práticas de RSE das Microempresas (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa). Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3492>

Valand, T. & Heide, M. (2005). Corporate Social Responsiveness: Exploring the Dynamics of “Bad Episodes”. *European Management Journal*, 23(5), 495-506.

Finch, N. (2005). The Motivations for Adopting Sustainability Disclosure. Disponível em <http://www.mgsm.edu.au/research>, consultado em 21 de ago. 2022.

Anexos

Anexo 1 - Conteúdo das GRI standards

Normas Universais
GRI 101 - Bases de relato
GRI 102 - Conteúdos gerais
Perfil Organizacional (102-1 a 102-13)
Estratégia (102-14 a 102-15)
Ética e Integridade (102-16 a 102-17)
<i>Governance</i> (102-18 a 102-39)
Envolvimento com <i>stakeholders</i> (102-40 a 102-44)
Perfil do Relatório (102-45 a 102-56)
GRI 103 - Modelo de Gestão (103-1 a 103-3)
Normas específicas
GRI 200 - Âmbito Económico
GRI 201: Desempenho económico (201-1 a 201-4)
GRI 202 : Presença no mercado (202-1 a 202-2)
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos (203-1 a 203-2)
GRI 204: Práticas de Compras (204-1)
GRI 205: Combate à corrupção (205-1 a 205-3)
GRI 206: Concorrência desleal (206-1)
GRI 207: Tributos (207-1 a 207-4)
GRI 300 - Âmbito ambiental
GRI 301: Materiais (301-1 a 301-3)
GRI 302: Energia (302-1 a 302-5)
GRI 303: Água e Efluentes (303-1 a 303-5)
GRI 304: Biodiversidade (304-1 a 304-4)
GRI 305: Emissões (305-1 a 305-7)
GRI 306: Resíduos (306-1 a 306-5)
GRI 307: Conformidade Ambiental (307-1)
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores (308-1 a 308-2)
GRI 400 - Âmbito Social
GRI 401: Emprego (401-1 a 401-3)
GRI 402: Relações Laborais (402-1)
GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho (403-1 a 403-10)
GRI 404: Capacitação e Educação (404-1 a 404-3)
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades (405-1 a 405-2)
GRI 406: Não Discriminação (406-1)
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva (407-1)
GRI 408: Trabalho Infantil (408-1)
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo (409-1)
GRI 410: Práticas de Segurança (410-1)
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas (411-1)
GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos (412-1 a 412-3)
GRI 413: Comunidades Locais (413-1 a 413-2)
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores (414-1 a 414-2)
GRI 415: Políticas Públicas (415-1)
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor (416-1 a 416-2)
GRI 417: <i>Marketing</i> e Rotulagem (417-1 a 417-3)
GRI 418: Privacidade do Cliente (418-1)
GRI 419: Conformidade Socioeconómica (419-1)

Fonte: Elaboração própria, adaptado das GRI standards

Anexo 2 - Modelo de relatório para divulgação de informação não financeira CMVM

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS	
A. INTRODUÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada. 2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.
B. MODELO EMPRESARIAL	<p>Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).</p> <p><i>Poderá ser efetuada remissão para outras partes ou anexos do Relatório de Gestão ou outro documento divulgado, de forma a permitir a sua livre consulta pelos investidores e demais stakeholders onde seja descrito o modelo empresarial.</i></p>
C. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação. 2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade. 3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/accompanhamento dos riscos. 4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser. 5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte. <p><i>Poderá ser efetuada remissão para outras partes ou anexos do Relatório de Gestão ou outro documento divulgado, de forma a permitir a sua livre consulta pelos investidores e demais stakeholders onde sejam identificados os fatores de risco.</i></p>
D. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS	<p>Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (<i>due diligence</i>), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.</p>
i. POLÍTICAS AMBIENTAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização. 2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos. <p><i>Os indicadores satisfazem critérios de materialidade, relevância e fiabilidade, bem como de comparabilidade e suscetibilidade de verificação, mencionando-se no relatório o quadro de indicadores (nacional, europeu ou internacional) utilizado para cada assunto, bem como uma breve justificação da escolha do mesmo, apresentando-se ainda uma comparação dos mesmos face ao anterior.</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: <ol style="list-style-type: none"> i. Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis. ii. Poluição e alterações climáticas: indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões. iii. Economia circular e gestão de resíduos: medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos. iv. Proteção da biodiversidade: impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade. <p><i>Poderá ser efetuada remissão para a informação constante noutro documento sempre que tal se mostre possível, indicando-se, nesse caso, onde é que o mesmo se encontra divulgado.</i></p>

<p>ii. POLÍTICAS SOCIAIS E FISCAIS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização. 2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos. <p><i>Os indicadores satisfazem critérios de materialidade, relevância e fiabilidade, bem como de comparabilidade e suscetibilidade de verificação, mencionando-se no relatório o quadro de indicadores (nacional, europeu ou internacional) utilizado para cada assunto, bem como uma breve justificação da escolha do mesmo, apresentando-se ainda uma comparação das mesmas face ao anterior.</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: <ol style="list-style-type: none"> i. Compromisso da empresa com a comunidade: o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio. ii. Subcontratação e fornecedores: a inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade de género e ambientais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de <i>governance</i>; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma referência ao facto de os fornecedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade. iii. Consumidores: medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução, nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.
	<ol style="list-style-type: none"> iv. Investimento responsável: se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de <i>green bonds</i> ou de <i>SDG-linked bonds</i>. v. Stakeholders: informação quanto a eventuais formas de auscultação dos <i>stakeholders</i>. vi. Informação fiscal: informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado. <p><i>Poderá ser efetuada remissão para a informação constante noutro documento sempre que tal se mostre possível, indicando-se, nesse caso, onde é que o mesmo se encontra divulgado.</i></p>
<p>iii. TRABALHADORES E IGUALDADE ENTRE GÉNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização. 2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos. <p><i>Os indicadores satisfazem critérios de materialidade, relevância e fiabilidade, bem como de comparabilidade e suscetibilidade de verificação, mencionando-se no relatório o quadro de indicadores (nacional, europeu ou internacional) utilizado para cada assunto, bem como uma breve justificação da escolha do mesmo, apresentando-se ainda uma comparação dos mesmos face ao anterior.</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: <ol style="list-style-type: none"> i. Emprego: número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência). ii. Organização do trabalho: organização do tempo de trabalho, incluindo medidas destinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar. iii. Saúde e segurança: condições de saúde e segurança no trabalho e número de acidentes de trabalho. iv. Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.

	<p>v. Formação: as políticas aplicadas no domínio da formação e o tipo de formações (p. ex., se a Sociedade ministra aos seus colaboradores formação sobre matérias ligadas à avaliação do desempenho da empresa em matérias "não financeiras" (p. ex. de proteção da privacidade/RGPD, combate ao branqueamento de capitais/AML, Direitos Humanos na cadeia de valor, etc.); o rácio entre as horas de formação e o número de trabalhadores.</p> <p>vi. Igualdade: medidas/políticas adotadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros; planos de igualdade; número de despedimentos por género; protocolos contra o assédio sexual e o assédio com base no género; políticas para a integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência; políticas contra todos os tipos de discriminação e, se for caso disso, gestão da diversidade.</p> <p><i>Poderá ser efetuada remissão para a informação constante noutro documento sempre que tal se mostre possível, indicando-se, nesse caso, onde é que o mesmo se encontra divulgado.</i></p>
<p>iv. DIREITOS HUMANOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização. 2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos. <p><i>Os indicadores satisfazem critérios de materialidade, relevância e fiabilidade, bem como de comparabilidade e suscetibilidade de verificação, mencionando-se no relatório o quadro de indicadores (nacional, europeu ou internacional) utilizado para cada assunto, bem como uma breve justificação da escolha do mesmo, apresentando-se ainda uma comparação dos mesmos face ao anterior.</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: <ol style="list-style-type: none"> i. Procedimentos de diligência devida aplicados em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços. ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil. iii. Processos judiciais por violação dos direitos humanos. <p><i>Poderá ser efetuada remissão para a informação constante noutro documento sempre que tal se mostre possível, indicando-se, nesse caso, onde é que o mesmo se encontra divulgado.</i></p>
<p>v. COMBATE À CORRUPÇÃO E ÀS TENTATIVAS DE SUBORNO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de <i>compliance</i> indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante. 2. Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime): informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais. 3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável. 4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.

PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS

1. IDENTIFICAÇÃO DE STANDARDS/DIRETRIZES SEGUIDOS NO REPORTE DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Identificação dos *standards* / diretrizes seguidos na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável.

No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ÂMBITO E METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte.

Fonte: <https://www.cvm.pt/pt/Legislacao/ConsultasPublicas/CMVM/Documents/Modelo%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20N%C3%A3o%20Financeira.pdf>